



ATA N.º 05

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu, pelas vinte horas, no Auditório 1.5 da Universidade do Algarve, (Campus da Penha), a Assembleia Municipal de Faro, em sessão ordinária, com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 31 presenças).

Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD); Luís Manuel Fernandes Coelho (PS); Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Carla Alexandra alves Afonso Nunes (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Ana Catarina Pina Águas (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); Berta Paula Brito Silva Dias – **em substituição** de Tiago Botelho Martins da Silva (PSD); António José de Figueiredo Martins da Luz (Chega); Daniel Martins Viegas (IL); Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS); Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD); Célia Maria Alves Gonçalves (BE); Ana Lúcia Silva de Passos (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Catarina Rodrigues dos Santos – **em substituição** de Cláudia Susana Silva da Luz (PSD); Susana Cristina da Silva Joaquim (PS); Emanuel José Pereira Aniceto (CDU); Elza maria Martins Sousa Cunha, que **tomou posse** nesta sessão – **em substituição** de Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); Guilherme Sabrosa Apolinário Portada – **em substituição** de João Francisco Calado Espanhol (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Carlos Alberto – em substituição de Beatriz Graziela Calafate (PS); Bruno Gonçalo de Azevedo Lage – Presidente da União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro (PSD); Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro (PSD); José António Viegas Leal Jerónimo – Presidente da União de Freguesias de Conceição/Estoi (PS) e Sérgio Vicente Santos Martins – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe (CDU).

- Composição da Mesa: -----

Presidente: Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte.

1.º Secretário: Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares.

2.ª Secretária: Berta Paula Brito Silva Dias (convidada para coadjuvar os trabalhos nesta reunião, atendendo à ausência da titular do cargo)



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

- Membros do Executivo: -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho; e os Vereadores Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía; Sophie Matias; Adriano João Leal Cardoso Guerra; Teresa Aleixo Almeida Santos; e Anabela Custódio Afonso.

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião, passando de imediato à **ordem de trabalhos**:

I - Período Antes da Ordem do Dia;

II - Período da Ordem do Dia:

1. Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2022-2026 – Proposta n.º 443/2021/CM;

2. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III – Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.

Presidente da Assembleia Municipal - «Boa noite a todos. Vamos então dar início a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal.

A Mesa tomou a liberdade de pedir à membro Berta Dias para completar a Mesa, porque por razões pessoais a secretária Cláudia Luz não pode estar presente.

E, ao contrário do que se fez noutras ocasiões, doravante, para abreviarmos, os serviços anotarão as presenças dos senhores membros, bem como as dos senhores vereadores, de modo a garantir que os trabalhos sejam conduzidos de forma mais expedita.

Temos, todavia, um pedido de substituição, esse pedido chegou-nos por parte do PAN e impõe a **tomada de posse** de Elsa Maria Martins de Sousa Cunha que peço para que se dirija à Mesa de modo a cumprir o protocolo de tomada de posse.

Tomou posse Elsa Maria Martins de Sousa Cunha

Presidente da Assembleia Municipal – «Permitam-me transmitir-vos duas breves explicações. A primeira prende-se com o local desta reunião. Esta



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

reunião foi decidida ser na Universidade do Algarve e em particular neste auditório porque, das informações que pudemos reunir, disponíveis em Faro este era o auditório que tinha maior amplitude e que, por via disso, numa fase que aparentemente é novamente aguda de COVID, de forma a garantirmos a segurança e a proteção de todos e também darmos um exemplo de distanciamento social, entendeu-se procurar um auditório mais amplo, de forma a garantir essas condições de segurança. Este auditório tem todavia uma dificuldade: é que a reunião, impreterivelmente, tem que terminar antes da meia-noite, pois o auditório só é cedido até à meia-noite.

Outra explicação, para transmitir-vos aquilo que é o entendimento da Mesa a respeito da realização das reuniões. Na primeira conferência de líderes que teve lugar, a generalidade das forças políticas presentes concordaram com a posição da Mesa de que é preferível que estas reuniões consigam ser concluídas no mesmo dia. Portanto, não há mal em fazer mais ou menos assembleias municipais, se essa for a necessidade. Teremos uma no dia catorze e outra dia vinte porque se entendeu que a matéria respeitante ao orçamento e ao plano orçamental plurianual mereceria um debate detalhado e isso exigia necessariamente tempo para que se formulassem as questões e se obtivessem os esclarecimentos necessários. Mas ainda assim, não apenas para esta assembleia, se optou por fixar um período, a título provisório, de começo das reuniões às oito da noite.

Não nesta de dia vinte, mas na próxima reunião ordinária a Mesa conta apresentar uma proposta de revisão do regimento para, no futuro, fixar as condições de funcionamento da assembleia, bem como as que têm a ver com a circunstância de ser necessário a instalação das comissões, seja por força da vontade da Mesa, seja também em razão dos pedidos que nos veem chegando por parte dos diversos partidos.

Posto isto, entraremos na ordem de trabalhos.»

O membro da AM, Sérgio Martins - Presidente da Junta de Freguesia de St^a. Bárbara de Nexe (CDU) - «Muito obrigado. Este **ponto de ordem à mesa** prende-se com um protesto (que já fiz por escrito), veemente, com estes horários das oito da noite, ou das sete da tarde, para o funcionamento da assembleia. Não estamos em nenhum estado de guerra, não estamos em nenhum estado de calamidade grave que leve a que a Mesa pondere fazer as reuniões a esta hora. Isto é uma hora desumana.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Oito horas é a hora de jantar, nós somos humanos, temos necessidades, é hora de jantar, não é hora de estar a fazer reuniões plenárias da assembleia municipal. E eu, além de lavrar o meu protesto veemente contra estas decisões destes horários, solicitava que as próximas reuniões começassem às nove da noite. Obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal - «Muito obrigado. Está registado. Mais observações, por favor...»

O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) - «Muito boa noite. Em primeiro lugar, dizer-lhe que bem-vindo novamente, depois de algumas sessões sem a sua presença, devidamente justificadas entenda-se.

Dizer-lhe que eu acho que esta convocatória não está bem feita, senhor presidente. Perdoar-me-á, mas eu acho que a convocatória não está bem feita. As reuniões ordinárias são aquelas que estão previstas na lei. Esta não é uma reunião ordinária, porque aquilo que é definido é que teria de ser agendada uma reunião ordinária em novembro ou dezembro, não é novembro e dezembro. E a reunião ordinária de novembro foi devidamente agendada e tivemos pontos devidamente agendados. Atenção, eu não estou a fazer esta observação numa lógica de que a bancada do Partido Socialista vai colocar algum tipo de problema a que esta reunião decorra com naturalidade, e a discussão sobre o orçamento é uma discussão muito importante para o município e para os farenses. Portanto, não vamos colocar nenhum tipo de obstáculo a que isso aconteça, evidentemente. Aquilo que entendemos é que isto é uma reunião extraordinária. O orçamento deve ser aprovado, tem que ser aprovado, em termos legais, em reuniões ordinárias e a nossa observação, o nosso ponto de ordem é só no sentido de pedir que, para o ano, estejamos devidamente organizados e que a Assembleia Municipal para a aprovação do orçamento se dê em novembro ou dezembro, numa reunião ordinária conforme está na lei.

Porque esta reunião é extraordinária e tem uma convocatória que nos chama para uma reunião ordinária que não existe. Ou bem que é marcada em novembro ou bem que é marcada em dezembro. Deixo apenas este ponto para um correto funcionamento dum órgão, porque nós não estamos todos aqui a brincar, não podemos agendar reuniões ordinárias quando nos apetece, as ordinárias estão devidamente previstas na lei. Muito obrigada.»



Presidente da Assembleia Municipal - «Muito obrigado. Permitam-me então esclarecer as razões que conduziram a Mesa a fixar uma reunião ordinária. É um facto que o regime jurídico estabelece que as reuniões ordinárias têm lugar naquele período e que há um limite de reuniões ordinárias, mas não é menos verdade, no caso de anos em que se realizam eleições autárquicas, o orçamento poder ser aprovado no mês de dezembro e não, ao contrário do que se verifica nos anos em que não têm lugar eleições autárquicas, ele ter obrigatoriamente que ser aprovado até ao dia trinta de novembro.

Portanto, o entendimento da Mesa da Assembleia Municipal foi que, por se tratar de um ano em que existiram eleições, isso permite uma interpretação mais lata do regime jurídico que está fixado.

Se, todavia, o entendimento da generalidade for que não é assim, então nós tomamos aqui uma decisão de convalidar esta assembleia ordinária em assembleia extraordinária. E isso não tem rigorosamente problema nenhum, aliás basta para isso abolir o período antes da ordem do dia e fica automaticamente convalidada, se esse for o entendimento da assembleia. Se houver dúvidas quanto à legalidade das decisões que vierem aqui a ser tomadas e se porventura isso puder suscitar algum ato de impugnação, então a Mesa, obviamente, está disponível, em nome do bom funcionamento dos trabalhos, em admitir que se faça uma convalidação da ordem de trabalhos, já que ela está aqui reunida. E portanto eu ponho à consideração de todos, se esse é o entendimento que fazem nós resolvemos já prontamente a questão.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado senhor presidente. Subscrevo a sua proposta de transformar – e isto tem que haver aqui uma unanimidade por parte dos membros da Assembleia Municipal – em reunião extraordinária. Porque se corre o risco, como disse e muito bem, de que ela seja impugnada, e nós não queremos que ela seja impugnada. Há um documento importantíssimo para discutir esta noite. Também isto nasceu mal logo à nascença, mas não estamos aqui agora para complicar. Da minha parte, e penso da bancada do Partido Socialista e depois da intervenção da membro Tatiana, eu subscrevo a sua proposta, que é de facto transformar esta assembleia municipal em extraordinária, só com um único ponto.

Nós temos um regimento e o regimento é a lei, é o que rege esta assembleia municipal. Concordo consigo que também tem de se fazer uma revisão do regimento.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Eu acho que esta noite deve-se discutir o orçamento para dois mil e vinte e dois e as grandes opções do plano. É esta de facto a questão que se coloca em cima da mesa e que é urgente para discutir. E que esta situação não se volte a repetir, senhor presidente.

E já agora, aproveitava esta oportunidade: nós temos um site, que a Câmara até investiu algum dinheiro, um site bem feito, que comunica bem com o cidadão e esse site deixou de ser utilizado. Não sei qual é o motivo.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Boa noite a todos.

Senhor presidente, um pedido: tenho estado aqui, este tempo todo, extremamente bem sentado. Mas só extremamente bem sentado, porque não tenho condições para mais nada. Tenho aqui uma data de papéis na mão, não trouxe computador porque também não queria estar com o computador nos joelhos como estão aqui alguns membros, e acho que era importante nós conseguirmos arranjar condições, não só para a Mesa e para os senhores vereadores, não só para os trabalhadores que acompanham os trabalhos das reuniões da assembleia municipal, mas para todos nós.

Precisamos de um sítio onde, além de estarmos bem sentados, possamos ter mesas de trabalho e deveríamos dar um bocadinho mais de atenção à obtenção do local onde os membros da assembleia também pudessem dispor de mesas de trabalho e ter condições para trabalhar com os computadores.»

Presidente da Assembleia Municipal - «Obrigado, senhor António Mendonça, tem toda a razão e o pedido que a Assembleia Municipal elaborou quando solicitou a cedência incluía exatamente aquilo que fez menção na reunião de líderes. Infelizmente, eu julgava que este auditório beneficiava dessas condições, mas vou solicitar para a reunião do dia vinte.

Há unanimidade em relação à proposta da mesa fazer uma convalidação da convocatória de sessão ordinária para sessão extraordinária?

A Mesa já assinalou qual era o seu entendimento sobre a matéria. Do nosso ponto de vista a lei permite fazer uma assembleia ordinária com a fixação desta ordem de trabalhos. A bancada do Partido Socialista resolveu levantar a questão, legitimamente, sobre se alguma das decisões aqui tomadas podia ser suscetível de anulabilidade. A questão que se coloca agora, levantada esta questão e apreciando livremente cada uma das bancadas a razão do Partido Socialista em relação à matéria, é se queremos ou não convalidar esta sessão



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

ordinária numa sessão extraordinária, suprimindo o período antes da ordem do dia, ou se em alternativa entendemos que a ordem de trabalhos fixada deve ser prosseguida nos termos em que foi enviada a cada um dos membros.

E isso só poderá ser feito se houver unanimidade. Eu notei uma objeção da bancada do Partido Comunista Português, se interpretei bem. Entendia que devia ser discutido em reunião ordinária. Estou correto?

[entende que] Deve-se manter a ordem de trabalhos.

Portanto, se se deve manter a ordem de trabalhos e sendo necessária unanimidade para proceder a uma alteração de ordem de trabalhos, então a ordem de trabalhos está fixada e entraremos de imediato no período antes da ordem do dia.»

Período Antes da Ordem do Dia

O Membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado, senhor presidente. Duas questões muito breves. A primeira era em relação ao site da Assembleia Municipal.

A segunda questão é dirigida ao senhor presidente, se ele consegue dizer quantas árvores foram abatidas na chamada mata do liceu, porque há quem diga que foi vinte, outros dizem que foi cinquenta e talvez o senhor presidente me possa dar esta informação, quantas árvores foram abatidas, porque vai ser instalado (vi a maquete do projeto) um anfiteatro na Mata de Liceu e isso obrigou ao abatimento de árvores com sessenta ou setenta anos.

A segunda questão, eu já a trouxe aqui a esta assembleia municipal; fui contactado por um cidadão, que é o António Firmino, em relação a um acidente que teve no passadiço da Praia de Faro e que já se arrasta há uma série de anos.

Eu próprio estive a ver documentação hoje, que ele me mostrou, ele já veio aqui a duas ou três sessões, e eu queria perguntar ao senhor presidente da câmara o motivo desta situação. Segundo ele me disse, já esteve um perito a ver o local do acidente, aceitou a participação, mas pediram a apólice. Ele pediu a apólice e mandaram-lhe a apólice da Fagar.

Portanto, a Câmara aqui não é penalizada em nada. Porque é que a Câmara não dá ao cidadão a apólice de responsabilidade civil que a companhia de seguros está a pedir? Pode haver outros motivos que eu desconheço e gostava



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

de ouvir da parte do senhor presidente, para eu poder responder ao cidadão da pergunta que ele me fez.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Em relação ao site, nós prontamente tomaremos as providências para o colocar a funcionar. O objetivo é que a assembleia municipal seja o mais participada possível.

Está um contrato em vigor das transmissões online, já se está a fazer uma avaliação para o futuro e, portanto, todos os mecanismos que estiveram ao alcance da Mesa para que as assembleias municipais sejam acompanhadas pelos cidadãos beneficiarão do nosso compromisso.»

O Membro da AM, Elsa Cunha (PAN) - «O PAN irá ter oportunidade, na altura do debate do orçamento, de falar sobre as nossas preocupações, mas nesta altura o que nos traz aqui seria aproveitar este momento para fazer um apelo ao Executivo, no sentido de reforçar, com caráter de urgência, o apoio às associações zoófilas neste final de ano, altura em que sabemos que vão começar a aumentar as reproduções devido aos acasalamentos dos animais e temos recebido muitas preocupações, pedidos de ajuda das associações de proteção e também das colónias dos animais. Elas falam-nos que estão sem capacidade financeira para poder acudir a tantas situações destas. Esta situação é preocupante. Nós sabemos que numa época de acasalamento, nomeadamente se dois gatos acasalarem, normalmente são dois cios por ano, ao fim de um ano teremos vinte animais; se isto for multiplicando, as contas feitas assim por alto, ao fim de seis anos são seis mil gatos.

Obviamente que a esterilização vai-nos resolver muitos problemas, até financeiros, nós sabemos que a Câmara ainda não dispõe de meios para poder, diretamente, fazer estas campanhas de CED (captura, esterilização e devolução), mas apelamos por isso para que seja possível apoiar as associações que têm esta capacidade de dar resposta às situações, dotando-as de um apoio necessário para que elas o possam fazer. Era esta a nossa questão. »

O Membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) - «Muito obrigado. Boa noite a todos.

Vou falar sobre um tema que me preocupa, que é a participação eleitoral e as legislativas antecipadas.

Com a preocupação já manifestada logo na minha primeira Assembleia



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Municipal, venho novamente alertar para o aumento substancial da abstenção, sobretudo a diminuição participativa dos eleitores nesta terceira república contemporânea.

Na sequência da primeira dissolução da Assembleia da República, e com a presente pela segunda vez, alteram-se os propósitos de uma democracia saudável, isto é, cumprirem-se os prazos de quatro anos das legislativas.

Estes novos cenários eleitorais e políticos têm como base alguns órgãos de informação manipulados e não dando cumprimento aos programas estabelecidos pelos partidos ganhadores nem aos ideais que foram sufragados previamente pelos eleitores num tempo preciso. Constituem, assim, pequenos golpes de estado. As próximas eleições legislativas nacionais – não queria ser profeta – vão ser ainda mais perturbadoras no equilíbrio democrático desejado. Se na atual legislatura a abstenção eleitoral foi pela primeira vez superior ao equilíbrio dos cinquenta por cento de participação, em dezembro prevejo o desmoronamento do sistema eleitoral como está. Oxalá o tempo meteorológico e sanitário ajudem a contrariar a elevada abstenção.

Em face desta situação, por falta de um pequeno esforço de entendimento prévio, se calhar propositado, e entre partidos para a aprovação do Orçamento Geral do Estado, PS, PCP e BE, não fizeram um esforço e causaram este novíssimo impasse perigoso, por jogada de antecipação.

Resta-nos a esperança de que a regionalização venha a reformar de vez o Estado, através de um novo sistema eleitoral; no futuro, talvez, já com o voto eletrónico, quando as assembleias regionais forem constituídas, diminuindo-se antes os números de deputados da nação para cerca de metade. Os novos deputados regionais poderão, numa futura legislatura constituída e cumprida até ao fim, e na próxima região do Algarve, encaminhar os melhores deputados regionais como futuros candidatos nacionais à Assembleia da República. E não por mera nomeação de um ou outro líder partidário. A comunidade do Algarve ao serviço de Portugal. Muito obrigado.»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) - «Senhor presidente, é um pedido de esclarecimento e também um pedido de autorização para consulta do processo, se tal for possível.

Eu fui surpreendido por uma construção que está em curso no passeio ribeirinho, uma construção com volume significativo e com uma implantação



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

que chama a atenção.

Não sei se a construção é pública, se é privada. Não sei se aquela construção dependeu de licenciamento municipal ou se dependeu de licenciamento de outra entidade, mas penso que o senhor presidente da câmara ou algum dos vereadores presentes estarão em condições de esclarecer, o que é que se está a passar ali no passeio ribeirinho e o que eu pedia era permissão para poder consultar o processo. Se fosse municipal, para poder consultar o processo no município; se não fosse municipal, para poder ter acesso ao processo onde ele por ventura existisse. Obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, senhor presidente.

Sobre a questão da Mata do Liceu, queria dizer que, daquilo que me lembro do projeto, devem estar lá oitenta/noventa árvores mortas, que vão ser retiradas e a maioria delas substituídas. Curiosamente, e deixem também dar aqui uma opinião se me permitem, eu estou há doze anos na câmara, nunca tive uma reclamação sobre as árvores mortas da Mata do Liceu. Pelos vistos poderiam morrer todas, a gente nunca faria lá nenhuma intervenção, mas daqui a trinta ou quarenta anos aquilo estaria nessas circunstâncias. Nunca ninguém se preocupou. Neste momento, já tive queixas na PSP, já tive queixas em todo o lado... Aliás, o meu pai sempre me disse: *não faças muito porque só é criticado quem faz!* Mas pronto...

Deixem-me dar-vos aqui algumas notas sobre este projeto. Este projeto foi elaborado por uma equipa técnica contratada para o efeito no fim de 2018. Segundo um procedimento concursal, tivemos depois um empreiteiro cujo contrato foi assinado em novembro de 2020 e, depois de termos o visto do Tribunal de Contas, houve a consignação em novembro de 2021.

Atentos os evidentes sinais de degradação daquele espaço, e antes do início da empreitada, foi solicitado parecer à Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve (mais conhecido por ICNF), tendo a referida entidade remetido um relatório que atesta as deficientes condições fitossanitárias deste espaço, salientando que a vulnerabilidade das espécies existentes *poderá ser resultado de um efeito combinado de subpovoamento, compactação dos solos, pisoteio e défice hídrico – zona alta sem rega – propiciando a proliferação de pragas, pelo que recomenda, entre outras ações, o corte e destruição das árvores mortas e doentes, podas de rejuvenescimento e substituição do arvoredo.* Isto está no relatório do ICNF.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

O referido parecer do ICNF confirma assim o diagnóstico que tinha já sido efetuado pela equipa técnica responsável que fundamentou as opções tomadas em sede de elaboração do projeto, sendo que as referidas questões fitossanitárias e o risco de queda iminente de ramos ou árvores justifica o abate e a poda de alguns exemplares.

Importa porém esclarecer que, de acordo com o projeto desenvolvido e em conformidade com as sugestões do ICNF, serão plantadas novas árvores em substituição das abatidas, algumas autóctones e outras de crescimento mais rápido mas com elevada resistência a pragas. Haverá uma forte aposta nas folhosas de modo a incrementar a deposição de matéria orgânica no solo. O arvoredo será complementado com plantação, que diminuirão o pisoteio do espaço fora dos trilhos e beneficiarão as condições do solo.

E portanto o que eu vos tenho a dizer é isto. Nem sequer são opiniões minhas, porque eu não tenho opiniões sobre isso (eu já disse aqui que nasci no campo mas a única coisa que sei fazer é enxertar algumas árvores). Quem quiser consultar o projeto pode consultar, penso que já foi divulgado a algumas das pessoas que aqui estão.

Relativamente à questão do senhor António Firmino, que penso que está aqui hoje, eu lamento porque tinha um ofício comigo mas não o encontro agora, mas farei chegar o ofício da resposta que foi dada ao senhor António Firmino e depois os senhores farão a apreciação que entenderam.

Já agora, dizer que nós não demos seguro nenhum da Fagar, não demos o nosso seguro e o facto de saberem a apólice não acrescenta nada, porque é preciso que a gente assuma essa responsabilidade. Mas farei chegar ainda esta semana à assembleia municipal o ofício-resposta ao senhor António Firmino e depois verão.

Sobre o que a Dra. Elsa Cunha, do PAN, referiu, nós temos vindo a trabalhar com as associações, temos vindo a dar apoio a algumas e penso que ainda não há muito tempo o fizemos. Penso que as coisas estão “mais ou menos” (entre aspas) controladas da parte da associação, porque como sabe nós não fazemos esse tipo de intervenção diretamente, fazemos através das associações e temos vindo a fazer esse acompanhamento. Sempre que há necessidade, voltamos a apoiar, é do nosso interesse, só temos que agradecer às associações.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Sobre a construção no passeio ribeirinho, esse projeto, juntamente com outro, está previsto no projeto que foi feito pela Pólis, no parque ribeirinho. Eu não sei se fomos nós que autorizamos diretamente, eu penso que foi a APA porque aquilo está nos cinquenta metros do mar e portanto até cinquenta metros da linha de água da ria é responsabilidade da APA e depois o restante é nossa responsabilidade. Eu penso que este foi a APA que validou, mas nós demos um parecer que tem a ver com aquilo que estava no projeto inicial da Pólis e, portanto, cumprindo isso não temos mais nada.

É evidente que se quiser poderá consultar o projeto nas Obras, ou então eu poderei mandar aquilo que tivermos. Não sei se temos tudo porque, como digo, parte da decisão e do processo estará na APA. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Esgotado o período antes da ordem do dia, entraremos no período da ordem do dia constituído por dois pontos.

PONTO N.º 1

Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2022-2026 – Proposta n.º 443/2021/CM

Presidente da Câmara Municipal – «A proposta n.º 443 é, como está no título, o orçamento para 2022, junto com o plano orçamental plurianual 2022-2026. Este plano orçamental plurianual para os próximos cinco anos advém do sistema de normalização contabilística da administração pública que se iniciou este ano de 2021 e que obriga nessa perspetiva, coisa que antes não tínhamos.

Sobre o orçamento, dar aqui nota que, tal como nos orçamentos anteriores, dos últimos anos, este orçamento não tem nada de novo, não tem opções políticas novas, na medida em que, tendo em conta o valor da receita e a adequação de valor da despesa, apenas comporta aquilo que são os compromissos já existentes. Não há aqui praticamente linha nova de compromissos que não estariam já no orçamento anterior. Como sabem, quem tem acompanhado estas matérias nos últimos anos, as opções fazem-se depois quando elaboramos a primeira revisão ao orçamento para incorporação do saldo da gerência do ano. E é nessa altura, portanto lá para fevereiro, que virá



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

a revisão ao orçamento com essa incorporação e aí é que vem, de alguma forma, as novas opções para o ano de 2022.

Dizer para além disso, que este orçamento há aqui algumas rubricas que não estão adequadas, e isso já nós sabemos, por exemplo para a questão das freguesias, colocamos aqui os autos de transferência mas não colocamos os contratos interadministrativos porque o orçamento não tinha condições para isso, em termos de receita disponível. Mas isso é uma opção. Mas, por exemplo, há aqui outras rubricas que, quando viermos a fazer a incorporação do saldo, terão que ser necessariamente reforçadas, tendo em conta algumas situações que vão ocorrer. Refiro-me, por exemplo, à rubrica de despesas com pessoal, em que já foi, por exemplo, aprovado o novo salário mínimo a partir de janeiro e isso não está ainda contemplado. E portanto vamos ter que fazer algumas alterações em função de algumas situações que vão acontecendo no tempo.

Posto isto, o que é que temos em relação ao orçamento e que de alguma forma condiciona o orçamento? A manutenção do IMI (que já veio aqui) no mesmo valor; a derrama também, dizer por exemplo em relação à derrama, dos valores que temos neste momento apurados, o valor recebido este ano é cinquenta por cento do valor do ano passado. Já esperávamos isso, na medida em que as empresas, tendo em conta a pandemia, tiveram muita dificuldade em laborar e portanto os lucros são substancialmente inferiores.

Temos como opções, coisas que condicionam, a melhoria do espaço público, com um conjunto de obras que já vem de trás; as novas competências que estão aqui já incluídas na área da saúde; e também algumas rubricas, muito poucas, e aqui vamos ter que dotar mais, mais tarde, para implementar a Polícia Municipal; a conclusão da Alameda João de Deus; da Mata do Liceu; para além da Avenida 25 de Abril que está neste momento em construção e será concluída, tal como as outras duas (a Mata e a Alameda) serão concluídas ainda em 2022 e portanto há aí essa dotação; a Avenida Mário Lister Franco, tal como a Escola EB1 Afonso III, está neste momento o empréstimo em visto do Tribunal de Contas; o Centro de Recolha Oficial também será concluído no próximo ano.

Conseguimos de alguma forma reforçar os autos para as Juntas. O Centro Cultural de Bordeira será também concluído no próximo ano. Embora estas sejam obras que não vêm de alguma forma honrar as receitas próprias do



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

orçamento, elas são feitas com recurso a empréstimo bancário; é evidente que vamos ter que pagá-lo e portanto essa questão é diluída no tempo.

O que está aqui também é a EB1 Afonso III, que como digo está em visto de Tribunal de Contas o financiamento e logo a seguir vamos lançar o concurso para a empreitada.

A Ponte da Praia de Faro também está aqui a nossa comparticipação, também está em visto do Tribunal de Contas e portanto deve iniciar, espero eu, no início do próximo ano a sua construção.

Está aqui também referido o início da construção da habitação a custos controlados, embora aqui esta questão não tenha despesa para nós mas tem a receita, nós vendemos dois lotes que vamos fazer agora a escritura, ainda temos cerca de um milhão de euros para receber desses dois lotes, e portanto aqui não é uma despesa, é uma receita que foi acrescentada à receita do orçamento, mas é algo que iniciará no próximo ano.

Depois, para a habitação social de Montenegro e da Rua Ludovico Menezes foram colocados aqui os valores que corresponderiam ao esforço do município, embora, e isso está de acordo com os documentos que temos aqui, esse esforço provavelmente será inferior porque o que estamos a fazer neste momento é a concorrer ao PRR e certamente teremos uma comparticipação nestas duas empreitadas na ordem dos cem por cento. Não será bem cem por cento porque depois há ali algumas despesas que já nos apercebemos que não são elegíveis mas muito próximo dos cem por cento.

Como constrangimentos, os decorrentes da situação atual. Em termos de orçamento, estamos aqui a comparar com o orçamento de 2021 sem saldo de gerência, e portanto teremos aqui, das contas feitas pelos serviços, na receita um orçamento de cerca de cinquenta e seis milhões de euros. Há aqui cinco milhões e meio a mais do que aquilo que tínhamos o ano passado que vem dos empréstimos que vamos contrair e que já estão aqui considerados.

Depois, em termos de despesa, adequou-se essa despesa à receita que se espera vir a cobrar. O que está aqui são, como disse, esse empréstimo; são também algumas rubricas de transferências do Estado, como por exemplo para a Ação Social e para a Saúde; e para a transferência de competências também já está aqui incluído.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Portanto, o que se pretende aprovar, são aqueles nove pontos que estão na proposta:

- é a manutenção dos valores a cobrar na tabela de taxas para 2022 – a inflação foi muito reduzida e portanto não se justifica estar aqui a fazer qualquer atualização, para além de que temos uma tabela de taxas em conclusão e portanto penso que no primeiro semestre do próximo ano estaremos em condições de trazer uma nova tabela de taxas aqui à assembleia municipal para alterá-la, até porque com a transferência de competências há muitas linhas a introduzir nessa tabela de taxas e outras a atualizar;
- aprovar o orçamento do município e o plano plurianual 2022-2026; este plano, se olharem para aqueles quadros que ali estão 2022-26, tem apenas as grandes rubricas ali e o total. O que fizemos aqui de alguma forma foi aplicar os dados do Banco de Portugal em termos de inflação para os próximos anos. Isto depois será atualizado no próximo ano quando se fizer o orçamento;
- também o mapa de pessoal;
- as grandes opções do plano e o orçamento para o Teatro,
- mapa de pessoal do Teatro;
- assunção de compromissos plurianuais;
- a delegação de competências para os compromissos plurianuais e para as despesas de caráter continuado e repetitivo.

Muito obrigado.»

O Membro da AM, Elza Cunha (PAN) - «A apresentação do orçamento municipal é na verdade um exercício dos mais importantes dos executivos camarários. É através dos mapas da despesa e de investimento que conseguimos perceber onde é que estão as prioridades políticas de cada governo, seja à escala nacional seja a nível local.

Neste sentido, o PAN destaca pela positiva, neste orçamento, alguns investimentos que são importantes para o próximo ano e para os seguintes. Nomeadamente, a construção do Centro de Recolha Oficial Animal; a Escola básica e jardim de infância Afonso III; o Centro Cultural da Bordeira. E gostaríamos de poder colocar também aqui como muito positivo, a requalificação do jardim da Alameda e da Mata de Liceu, um investimento que é mais de um milhão e meio de euros, se não fossem algumas preocupações



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

que temos sobre este investimento. Sobretudo a forma como está a ser feita a requalificação destes espaços, envolvendo dúvidas sobre os procedimentos relativamente ao abate das árvores, e hoje já foi aqui levantada essa questão, deixando-nos pouco tranquilos. Com intervenções que têm recebido muitas críticas da sociedade civil. Aproveitamos para destacar, de forma muito positiva, a intervenção desta sociedade civil, assim como a de movimentos particulares de cidadãos, como a Glocal, que mesmo neste caso da Mata do Liceu alertou particularmente, fazendo uma queixa formal, para o abate desnecessário de várias árvores nesta mata.

Também, no nosso entender, o município não está a cumprir a lei. Está em falta o regulamento municipal de gestão do arvoredo em meio urbano, um inventário municipal que já foi recomendado pelo PAN várias vezes, nesta assembleia municipal.

O PAN foi ainda o partido pioneiro na apresentação de uma proposta na Assembleia da República, que deu origem ao regime jurídico de gestão do arvoredo urbano, que está atualmente em vigor. No artigo dezasseis desta lei explica-se que – e vou citar – “as operações urbanísticas, independentemente da sua natureza, devem acautelar a preservação dos exemplares arbóreos existentes”, e sobre a mata do liceu já deixámos aqui também bastante claro que o PAN não considera que colocar um relvado venha substituir árvores. Efetivamente, se vamos tirar árvores para fazer relvado, entre outras opções que, quanto a nós, também são discutíveis, deixamos de ter uma mata do Liceu para passar a ter um conjunto de árvores dispersas, um descampado arrelvado, que vai consumir muita água, pouco útil, parece-nos, e em particular o consumo da água na altura quente.

Eu nasci em Faro, sou farenses, estudei no Liceu de Faro há muitos anos, nos anos setenta e a mata do liceu era uma mata. Era mesmo uma mata. Eu acho que era o pulmão da nossa cidade. Já hoje não é mata, mas vai deixar de ser ainda mais. Portanto, se calhar, vamos ter até que mudar o nome. Porque mata não soa bem, quem ouve imagine outra coisa que não é aquela que é e que irá ser.

Em Faro, os casos sucedem-se em relação a esta questão do arvoredo. Relembramos as laranjeiras do Largo da Sé; os jacarandás junto do Largo da Palmeira, situação recente, e a contínua desmatação do que resta do património arbóreo do Montenegro.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Nesta altura, em que faz falta arvoredo cada vez mais, por todas as razões que conhecemos, a nossa cidade vai ficando desfalcada. Parece cada vez mais.

Este orçamento também prevê vários milhões de euros para a construção da ponte para a praia de Faro. São duas faixas rodoviárias que vão dar a um beco sem saída. Todos nós que vamos à praia de Faro sabemos. É um beco sem saída. Temos que voltar para trás, não dá para continuar. E também, no fundo, sem respeitar os principais valores ambientais que devem guiar as políticas de hoje.

A praia de Faro, com a subida do nível médio das águas do mar, tenderá a desaparecer em poucas décadas, colocando em risco as pessoas, os bens e também as atividades permanentes que lá existem. Isto está estudado, está contemplado por escrito por cientistas. Aliás, foi por isso mesmo que o plano de adaptação às alterações climáticas de Faro sugere a inevitável renaturalização da ilha, no entanto nós continuamos a humanizar, continuamos a construir e a continuar a criar pressão sobre aquele espaço.

Para o PAN, faz muito mais sentido alocar recursos financeiros tão elevados, como o que será a ponte, a outras questões quanto a nós bem mais relevantes para as pessoas de Faro. Vou dar exemplos: habitação acessível e condigna para todos, que faz tanta falta. Serão três vírgula seis milhões de euros para a construção da ponte. Já para o apoio (neste orçamento) ao arrendamento, no mesmo período, estão alocados cem mil euros por ano. Isto é caso para dizermos “que bom, se faltar casa a um Farense sempre pode ir viver para debaixo da ponte...”

Outro ponto: a pobreza energética. Sabemos que isto é verdade, não se fala muito mas é verdade. Pobreza energética para muitas pessoas; às vezes esquecemo-nos que muitas, mas muitas pessoas, não se podem dar ao “luxo” (e este luxo é entre aspas) de acender um aparelho elétrico para se aquecerem. Não podem. Nem têm dinheiro para os medicamentos. Todos nós sabemos que isto existe, às vezes esquecemo-nos. Então, este dinheiro ser aplicado para reverter estas situações, e também para os edifícios públicos. Também sabemos que as escolas têm situações muito preocupantes em termos energéticos, em termos de controlo do frio e do calor para as crianças estarem o tempo todo lá.

E falando ainda da pobreza energética, nós sabemos que infelizmente morresse de frio em Portugal e é preciso um investimento muito importante e



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

imediatamente, porque morre-se de frio em Portugal. Recentemente, na comunicação social, foi publicado um número: o ano passado morreram quatrocentas pessoas por frio, em Portugal. Obviamente, que isto são números seguramente muito baixos para a verdadeira realidade e nós sabemos que os apelos da Direção Geral de Saúde, quando chega o inverno, para as pessoas, são a proteção, cuidado com o frio, são abertas às vezes instituições de serviços públicos, as estações de metro, para que as pessoas se possam acolher para diminuir a mortalidade por causa do frio. Faro, o nosso município, não é exceção.

Também em relação à adaptação do concelho à mobilidade mais sustentável, os horários, a regularidade de transportes público que deem realmente resposta às pessoas quando saem do trabalho, às pessoas que não têm carro e que têm que se deslocar em transporte público, quando deixam o serviço numa grande superfície que termina à meia-noite e querem voltar para casa em Estoi e não têm transporte e têm, se calhar, de pagar um táxi, de um dinheiro que não têm e que lhes faz falta, porque não há transportes. E isto é importante, haver este investimento.

O apoio também do município em relação aos serviços de saúde, dando aquilo que possa ser da competência da Câmara e com vontade política, seja na área da prevenção da doença, da psicologia, nutrição, a saúde oral, atividade física, entre outros.

Também Faro ser adaptado a uma mobilidade ativa, inclusiva, mais segura, adequada aos desafios dos nossos tempos, melhores passeios para se poder andar a pé, condições para circular de bicicleta. Os nossos passeios estão terríveis, muitas pessoas caem – pessoas com osteoporose, mais idosas, quase que não deve haver ninguém que não conheça um caso de um braço partido, uma perna partida numa queda num passeio na cidade de Faro.

Então, falando destas pessoas mais idosas, no nosso entender precisam de ter uma vivência condigna e sempre que possível de forma autónoma, com residências que sejam preparadas para este efeito.

No nosso programa, o PAN propõe a criação de centros sociais intergeracionais, com creche, centro de dia e habitação sénior, onde as pessoas de todas as idades possam conviver, interagir e partilhar vivências. Não estaríamos melhor servidos com uma estrutura desta natureza, que cuida



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

das nossas gentes, que vai criar empregos, em vez de uma ponte? O que é que é mais importante?

É por tudo isto que, mesmo considerando que existem aspetos positivos neste orçamento, o PAN vai abster-se. Iremos lutar para fazer avançar as nossas medidas, como sempre através de uma postura de diálogo construtivo durante os próximos quatro anos. Pensamos que esta é a expectativa que os Farenenses têm de nós e vamos continuar a estar cá para fazer a nossa parte. Muito obrigada.»

O Membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «O PPM vai aprovar este orçamento de 2022, mas em relação ao plurianual 21-25 esquecemo-nos de uma data importante: 2024 – vamos saber se Faro vai ser a capital europeia da cultura e isso vai transformar-nos a todos. Acho eu. Concordo sobretudo com o reforço nos espaços verdes, a criação da polícia municipal exatamente para se transformar numa estrutura robusta para esse evento (ou essa eventualidade), e na melhoria das acessibilidades.

Queria só fazer uma crítica. Eu acho importantíssimo o projeto da circular sul. É um projeto muito antigo (eu ainda não o consultei), já está feito desde, digamos, o viaduto que passa por cima da linha férrea a nascente de Faro até ao eixo que vai para o porto comercial e que vai ladear a Horta da Areia e o Bom João, duas zonas altamente degradadas e que precisam de ser intervencionadas. Isto nos espaços verdes. A circular sul vai dar maior fluidez nos acessos rodoviários. Estou a pensar, portanto, na estação rodoviária, foi muito bem criada no sítio onde está, e vai toda a baixa, quer a poente quer a nascente, ser ladeada por uma futura alameda – é assim que eu prevejo – que irá, digamos, integrar a futura via do metropolitano de superfície – que eu descobri agora foi previsto desde dois mil e sete, depois de ter falado com o Dr. Mendes Bota, por acaso, na rua de Santo António e ele disse “ah, eu já perdi tanto tempo com esse projeto na Assembleia da República...” e completamente desiludido. É uma pena. Felizmente temos ex-presidentes, um deles está aqui presente, que deu o arranque da circular sul e parabéns porque é uma das âncoras, digamos, do enlaçar da baixa toda. Que eu prevejo como zona verde uma extensa alameda, porque não reativar as palmeiras? Quer dizer, desapareceram centenas de palmeiras na Avenida Rainha Dona Amélia quando da inauguração da estação de caminhos de ferro de Faro. Eu não sei porque é que desapareceram cerca de trezentas palmeiras, e não foi nenhum



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

bicho. Mas esta circular sul vai ser essencialmente distribuidora do estacionamento automóvel. Portanto, têm que ser criados novos parques automóveis integrados em zonas verdes. E aí faço uma crítica da época do nosso presidente Luís Coelho e foi o estacionamento do Parque de São Francisco, que é um excelente parque verde. Portanto, ali sim vai nascer, penso eu, no futuro um jardim. Mas funcionou até hoje e foi importante e continua lá como parque de feiras. Também tem que se pensar onde vai ser recolocado. Também já existe um projeto disso.

E todo este lançamento com o Parque Ribeirinho, com a marina de premeio, é um cartão de visita que tem que ser já tratado porque o objetivo é 2024, portanto este orçamento plurianual pode ser revisto, acho eu, até lá.

Uma crítica final: também estou de acordo com a nossa colega: não à ponte da ilha de Faro. Não arranjem mais um buzirão, porque aquilo vai ser uma confusão. Basta fazer em computador a simulação. Porque a ponte na situação atual não é uma obra prioritária. Não é. E a atual ponte serve e servirá de triagem aos acessos. Muito obrigado»

O Membro da AM, Daniel Viegas (Iniciativa Liberal) – «Muito boa noite a todos.

Gostaria de começar por afirmar que o orçamento em discussão, hoje, do município de Faro é um orçamento de continuidade. Uma continuidade positiva que prossegue a matriz das contas certas que tem sido a assinatura, digamos assim, deste executivo ao longo dos últimos anos e que, aliás, foi destacada nos últimos dias pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses como um dos municípios com maior eficácia financeira.

No entanto, penso que existe uma necessidade de explicar detalhadamente aos farenses porque é que o município de Faro passou de um orçamento de quarenta e três milhões de euros em dois mil e vinte para um orçamento de cinquenta e seis ponto seis milhões de euros em dois mil e vinte e dois, isto durante um período de grave crise pandémica, económica e social, em que os farenses e as suas empresas registaram grandes perdas e quebras no rendimento. Aliás, como ainda há pouco foi referido, na ordem dos cinquenta por cento de receita inferior na derrama municipal.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Na minha opinião, existe essa necessidade de explicar porque é que este aumento de orçamento não gerou diretamente uma maior capacidade de investimento.

O orçamento, desde 2020, irá apresentar um crescimento na ordem dos vinte e dois vírgula quatro por cento, equivalente a dez vírgula quatro milhões de euros. No entanto, a larga maioria deste aumento origina da transferência de competências no âmbito de descentralização das áreas da educação, saúde e ação social e que tem as receitas e respetivas despesas consignadas às áreas. Atenção que isto não é uma crítica, eu penso que existe a necessidade de referir isto.

Quanto ao orçamento propriamente dito, regista-se que foi de facto mantida uma alta sustentabilidade financeira, como já foi referido, um claro excedente ao nível da receita em relação à despesa corrente, sendo que a despesa corrente aumenta, de facto, mais do que a receita corrente ao longo deste ano, no entanto origina de uma parte das transferências correntes para a descentralização, suponho eu.

No caso da despesa corrente que aumenta cinco vírgula trinta e sete por cento, a receita aumenta apenas zero vírgula cinquenta e seis por cento, fruto, neste caso, da redução dos impostos diretos, nomeadamente ao nível da derrama que orçamenta vinte e nove vírgula nove por cento a menos.

O desagravamento fiscal que foi efetuado ao longo dos últimos anos está a ser mantido, mas esperemos obviamente que seja para continuar. Nos anos anteriores, devido à redução do IMI para zero trinta e cinco por cento e a isenção, ou neste caso neste ano será a taxa mínima de derrama para volumes de negócios reduzidos, o IMI e o IUC mantêm previsões ao nível da evolução da inflação esperada.

Um pequeno detalhe aqui em termos de rácio do equilíbrio orçamental, que origina do excedente do saldo corrente deduzido da amortização média face ao orçamento que apresenta uma ligeira redução. Evoluiu de quinze vírgula sete por cento em vinte e um para doze vírgula cinco por cento em dois mil e vinte e dois, no entanto isto continua a ser muito positivo e superior ao registado em dois mil e vinte e reafirma a sustentabilidade financeira do município.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Na minha opinião, o grande destaque neste orçamento será certamente para o investimento estrutural, que regista um crescimento significativo e relevante tanto no curto prazo como no quadro plurianual.

Como já foi referido, no curto prazo o destaque para a escola EB1 Afonso III; a Ponte da Praia e os parques da cidade; as avenidas associadas à terceira circular, e no plurianual temos uma totalidade de investimento ou de dotação de setenta e quatro vírgula três milhões de euros, sendo que trinta e dois vírgula dois, ou seja quarenta e três por cento deste valor, é afeto à habitação e urbanismo. Quando nós falamos sobre falta de habitação no município de Faro, que é uma realidade, podemos afirmar que, de facto, o executivo tem um plano de investimentos para isso e, aparentemente, bastante generoso que ocupa grande parte do investimento plurianual. Dezoito vírgula oito por cento também dos investimentos em infraestruturas, são vinte e cinco por cento do total, claramente uma aposta no crescimento da cidade de Faro e do município, neste caso mais capacidade construtiva mais capacidade económica de crescimento.

Em relação à habitação e urbanismo, a dotação é bastante elevada. Nós sabemos que existe neste momento uma comparticipação a nível do PRR que está a ser estudada, que certamente irá gerar aqui alguma almofada financeira ao nível de dotação; é um recado que eu não posso deixar de dar, obviamente, que esperemos que esta almofada não sirva só para novos investimentos, mas também para uma redução fiscal para os Farenenses, tanto ao nível de IRS como para as empresas a nível da derrama.

Em termos de níveis de endividamento do município, claramente positivo, claramente sustentáveis, nova dívida é só contraída quando amortizada a anterior, mais coisa menos coisa, no entanto continua a não existir contração de dívida para satisfazer as necessidades de financiamento de despesa corrente o que é extremamente positivo.

A otimização da despesa corrente municipal continua numa boa trajetória na gestão dos recursos, liberta despesa fixa estrutural em prol de despesa variável interventiva. Temos aqui um esforço claro no aumento da eficiência e otimização dos recursos, a redução das despesas na categoria de energia, água, condomínios e comunicação, uma aposta na modernização dos equipamentos tecnológicos municipais (temos um aumento de cem mil euros nessa categoria) e o investimento neste caso é mais do que justificado pela



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

redução acumulada de trezentos e cinquenta mil euros nas assistências técnicas e conservação dos equipamentos. Claramente positivo em relação a isto.

A intensidade do investimento estrutural claramente que é maior, demonstra um indicador de que o executivo privilegia uma melhor autarquia face a uma maior autarquia e, na nossa opinião, este é o caminho que deve ser seguido, a autarquia deve melhorar os serviços existentes em termos qualitativos e ter muita atenção na expansão quantitativa dos serviços. Uma autarquia melhor não é uma autarquia maior.

Por fim, uma nota especial para o quadro de pessoal. Regista-se aqui uma forte expansão do mapa de contratações, de cento e noventa e duas vagas. Confesso que a maioria está claramente justificada, destaco as trinta e cinco vagas aqui para a polícia municipal; quarenta e cinco vagas para o Departamento de Infraestruturas, dos quais larga maioria como assistentes operacionais para a manutenção das infraestruturas existentes ou futuras; e as outras vagas certamente terão origem na descentralização das diversas áreas de competência.

Todavia, gostaria de chamar a atenção de uma coisa que é: na expansão do quadro de pessoal deveremos ter cuidado redobrado e apostar na maior eficiência e modernização em prol de solucionar qualquer problema com mais contratações. Cabe igualmente a nós aqui, na Assembleia Municipal, como órgão deliberativo, bem como obviamente ao órgão executivo, não exigir constantemente novas áreas de competência da autarquia e achar que os problemas todos dos Farenseiros têm de ser resolvidos pela autarquia. Mas, sobretudo, exigir uma contínua melhoria dos serviços existentes, uma autarquia mais capaz e melhor não é um super ministério local.

Acabo a minha intervenção solicitando um pequeno esclarecimento em relação a uma parte da proposta referida pelo presidente da Câmara Municipal de Faro, nomeadamente em relação aos pontos sete, oito e nove gostaria de saber exatamente qual é a consequência da aprovação desses pontos que estão na ordem. Muito obrigado.»

O Membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Boa noite a todos.

Eu vou ser breve. No fundo, venho aqui em nome do PSD e, em nome do PSD, gostaria de referir que constata-se que este orçamento é um orçamento



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

equilibrado, que já foi dito aqui que vem na continuidade e que basicamente confirma a visão na defesa do equilíbrio das contas e uma perspetiva conservadora e, digamos, prudencial. Basicamente, é isto que eu posso resumir: conservadora e prudencial. Este tipo de linha faz com que haja sempre um claro controlo e domínio sobre o que as finanças podem ou não dar.

No entanto, tem uma margem pequena para determinadas inovações que se calhar poderiam ser necessárias em determinados momentos. Neste caso, o que eu chamo a atenção, e que houve também aqui alguma necessidade de reflexão, é sobretudo no equilíbrio entre as necessidades que o município tem, nomeadamente

de habitação social, efetivamente nós necessitamos de saber quais são os fogos, em termos quantitativos, que estão a ser produzidos nestes projetos, que parece que é mencionado que há algum investimento e o investimento está refletido no orçamento, mas efetivamente não temos consciência efetiva do número de fogos a que diz respeito.

Por outro lado, queria chamar a atenção que foi falado aqui na ponte da praia de Faro; eu por acaso posso dizer que conheço muito profundamente esse tema e posso dizer que, felizmente, ainda bem e congratulamo-nos que de facto finalmente é possível construir a ponte para a Praia de Faro. Essa ambição que Faro já tinha há quase trinta anos (trinta ou quarenta, já nem sei), a verdade é que finalmente parece que se vai materializar. Eu acho que é uma obra prioritária, francamente, pelo que eu conheço do processo. Prioritária, por questões de segurança de pessoas e bens, porque efetivamente aquilo é altamente inseguro. Ninguém tem noção do risco que corre quando passa naquela ponte. Aquilo tem problemas gravíssimos de segurança. Na verdade, se calhar, se fosse bem feito até devia ser interdita a circulação. O que é certo é que é garantida a circulação da mesma porque tem muitos pilares, etc. etc., mas a verdade é que se está a arriscar e portanto de facto a ponte para a praia de Faro é uma necessidade.

A praia é uma praia urbana, não é uma praia natural. É uma praia urbana, que no fundo constitui muitas vezes a única forma de lazer que a população farenses tem.

E por outro lado foi desenhada e prevista como uma ponte sustentável, no sentido que previa – pelo menos se o projeto ainda é o mesmo, já nem sei qual



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/ 2021

Ata n.º 05

é o projeto que neste momento está em vigor – previa uma ciclovia e previa um acesso pedonal amplo que garantia que as acessibilidades dos meios suaves eram previstos e estimulados. E portanto gostaria de acrescentar essa questão.

Em relação à questão da revisão orçamental, deixo aqui uma recomendação: que no âmbito da próxima revisão seja previsto um bom debate sobre o que é no fundo pretendemos do planeamento da cidade, porque nestas críticas que foram aqui feitas no orçamento, a sensibilidade que eu tive foi que as pessoas estão a discutir não o orçamento mas as opções de planeamento. E basicamente o que eu sugeria é que houvesse uma atenção especial a determinados assuntos que são importantes para a cidade de Faro e que, na verdade, são a base da nossa discussão, que é onde é que vai ser o parque de feiras; se vamos ter parque de feiras senão vamos ter parque de feiras; se vamos ter mais habitação, onde é que a vamos ter; quais são os planos que vamos ter que fazer para a concretizar; qual é o planeamento que pretendemos ter; isso tem de ser se calhar refletido quando houver possibilidades, não se calhar neste orçamento, que efetivamente é um orçamento um bocadinho mais contido por questões até, digamos, da disponibilidade, mas quando houver disponibilidade teremos de pensar nessa nesses temas que são os temas essenciais. Tenho dito.»

O Membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Boa noite a todos.

Em primeiro lugar, deixe-me congratulá-lo pelo excelente orçamento. É um orçamento equilibrado, que visa a habitação, que mantém as contas certas e que mantém a Câmara como um bom pagador, coisa que demorou a ser.

Espero haver no orçamento retificativo um valor mais alto para o associativismo da nossa cidade. Achei que o valor presente neste orçamento está abaixo daquilo que a nossa cidade merece. Temos cento e dois clubes e associações na cidade e comparativamente com outras cidades que têm muito menos associações, em percentagem estamos a atribuir menos do que aquilo que poderíamos. Sei que no retificativo, em princípio, virá lá o tal reforço.

Eu, até hoje (estou no segundo mandato) nunca tive a necessidade de explicar quem é o MPT. O MPT foi fundado em mil novecentos e noventa e três, portanto há vinte e oito anos e, desde essa altura, que nos preocupamos com situações ambientais, mas somos um partido humanista e ambientalista. O



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

que eu quero dizer com isto é que não é de agora, não é de há quatro ou cinco anos que nos preocupa esta situação, e então dar os parabéns pela ponte da praia de Faro. A ponte da praia de Faro é uma ambição dos Farenses já muito antiga. Uma ambição que todas as forças políticas nesta sala lutaram para que se tornasse uma realidade; que vai fazer circular o trânsito dentro da praia de Faro, ou seja, o trânsito entra e sai mais rapidamente, não vai haver filas de duas horas a libertar dióxido de carbono para a atmosfera. E tirando isso, a segurança das pessoas que habitam a praia de Faro aumenta substancialmente, porque o socorro vai chegar rapidamente, em caso de AVC ou doença grave vamos conseguir ter lá o INEM mais rapidamente. Não vai ser preciso ir de barco, como já tem acontecido algumas vezes (no barco dos Bombeiros, que agora a ambulância está desativada, infelizmente); e vamos ter um acesso para os farenses. A Praia de Faro é uma praia dos Farenses, que os Farenses se reveêm, onde crescemos, tivemos a nossa infância, fomos muito felizes e as próximas gerações esperemos que vão ser também.

Em relação à praia acabar, gostava muito que os partidos presentes se preocupassem com soluções para a praia não acabar e não esta ideia faraónica de renaturalizar a praia de Faro. Isso é muito engraçado se pensarem que um dia onde vocês moram chegar um dumper ou um bulldozer e arrasar com o vosso quarteirão. E vocês vão viver para onde vocês quiserem... Isto é faraónico, mas pronto.

Vou só acabar por lhes dizer que há um assunto dentro do orçamento que poderia estar também explanado que era a habitação para os estudantes universitários. Faro cada vez é mais procurado para estudar. Existe um lema “onde é bom viver e estudar” e tem sido difícil aos estudantes universitários arranjar quartos para ficar. Neste momento os quartos estão a custar trezentos euros, no mínimo, e acho que o município tem que se preocupar com uma solução para que, cada vez mais, pessoas que vêm à procura de qualificação queiram ficar na nossa cidade depois de se formarem aqui. Queiram ficar aqui para criar família, abrir negócio e sentirem que realmente estão no sítio certo.

Mais uma vez, parabéns pelo orçamento. Esperemos que ele se concretize, como é evidente, e gosto de ver que a habitação social vai estar lá presente. Tirar também o chapéu ao PS, que durante tanto tempo fez força que as coisas andassem para a frente, a verdade seja dita. E então dizer que espero que



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

quando os concursos à habitação social saírem sejam feitos de forma clara e que as pessoas que realmente precisem de uma habitação tenham acesso a ela. Muito obrigado.»

O Membro da AM, Guilherme Portada (PS) - «Boa noite a todos.

Eu serei muito sucinto nesta minha intervenção e começaria por dizer que o Partido Socialista irá viabilizar aquelas que são as propostas do Executivo. É o primeiro orçamento deste mandato, venceram as eleições, portanto teremos de estar aqui democraticamente para avaliar aquele que é o vosso trabalho e aquelas que são as vossas propostas.

O único local em que o Partido Socialista votará contra é nas propostas que retiram a oportunidade de a assembleia municipal exercer o seu papel fiscalizador.

E gostaria de pegar numa das questões que o senhor presidente disse a propósito das dificuldades para este orçamento de 2022. O senhor presidente disse que um dos grandes constrangimentos para este orçamento de 2022 eram as dificuldades financeiras das famílias. E a verdade é que apesar das dificuldades financeiras das famílias, precisamos de mais respostas no orçamento da Câmara para as famílias, porque apesar de a derrama ter diminuído, a verdade é que nós verificámos o aumento dos impostos angariados entre 2019 e 2020 e importa perceber como vai acabar o ano 2021. Portanto, todos nós sabemos que, no decorrer dos próximos meses, será apresentada a proposta de revisão orçamental e a expectativa que o Partido Socialista tem é que as áreas da habitação e da área social sejam manifestamente reforçadas nesta revisão orçamental. A habitação, que foi aqui abordada e falada por todos os todos os partidos que vieram aqui falar, representa cerca de 1% do orçamento municipal; o apoio social representa cerca de 1,5% das Grandes Opções do Plano. Se um dos principais constrangimentos para a construção do orçamento é a dificuldade das famílias, a resposta que este orçamento dá não pode ser apenas 2,5% do mesmo. E ainda sobre a questão da habitação, as várias lacunas, e bem identificadas na estratégia local de habitação de Faro, não serão colmatadas apenas com habitação que está prevista arrancar no início de 2022.

Portanto, tem de haver um grande reforço na área da habitação. Tem de haver um grande reforço na área da ação social e de apoio às famílias. E é por esta



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

unanimidade, que o tema da habitação é dos principais temas que enfrentamos neste nosso concelho, que o Partido Socialista propôs a constituição de uma Comissão de acompanhamento à estratégia local de habitação, que teremos oportunidade de discutir no próximo dia vinte.

Porque esta tem mesmo de ser uma prioridade.

Senhor presidente, para terminar e não me alongar, queria falar sobre outra matéria que já muitos aqui abordaram, que tem a ver com a transferência de delegação de competências. Nós percebemos efetivamente que o orçamento municipal aumenta de 2020 para 2022 de quarenta e três para cinquenta e seis milhões, percebemos muito que muita da receita, e naturalmente da despesa, estará associada à delegação de competências, mas eu não sei o estado da transferência de delegação de competências do município de Faro. Não sei o que é que está para ser transferido, quando é que vai ser transferido, o que é que está planeado, e acho que era importante a própria assembleia municipal perceber qual é, no arranque de 2022, o panorama da transferência de delegação de competências para o município de Faro: *“ainda não vamos receber esta competência, não vamos receber aquela; isto vai ter reflexo do lado da receita desta forma, do lado da despesa da outra, no quadro pessoal da outra...”*, era importante haver essa clarificação e esse esclarecimento mais específico sobre a transferência e delegação de competências.

Portanto, senhor presidente, aguardemos pela revisão orçamental. Cá estaremos para analisar se as nossas preocupações foram tidas em conta. As nossas e inclusive do próprio PSD. Portanto é uma grande prioridade e é esse o apelo que eu gostaria aqui de lhe deixar: mais verbas para apoiar as famílias, mais verbas para apoiar as pessoas a encontrar uma habitação digna para si e para os seus. Obrigado. »

O Membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado, senhor presidente.

O orçamento tem aqui uma questão política e uma questão técnica. Em relação à questão técnica, obedece às novas regras da contabilidade pública e os orçamentos agora são muito mais claros, muito mais objetivos do que eram no passado.

Em relação à questão política, tenho aqui algumas considerações a fazer.

Como já foi aqui dito pelo senhor presidente da Câmara, isto é um draft de um orçamento, isto não é o verdadeiro orçamento. Também já foi aqui dito que o



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

orçamento de facto verdadeiro e aquilo que nós vamos discutir é quando for feita a próxima revisão orçamental com a integração do saldo de gerência de 2021. Porque 2021 foi um ano excepcional em termos de receitas, nós tivemos o empréstimo de cinco milhões, que veio aqui uma revisão orçamental de um empréstimo à volta de cinco milhões e tal para as várias obras que estão consignadas nas grandes opções do plano e algumas delas iniciadas em dois mil e vinte e dois. Depois, tivemos um saldo de gerência de 2020 para 2021 à volta de doze milhões de euros.

E para quem está aqui nesta sala que disse várias vezes, na bancada do PSD, com este presidente não ia haver em empréstimos... Bom, de 2020 até final de 2022, já lá vão em empréstimos à volta de quase de dez milhões de euros. É obra. Mas isto também compreendendo que é necessário e subscrevemos e apoiamos as obras que estão que estão previstas no pedido destes empréstimos.

Já agora, em relação à intervenção do senhor deputado membro do IL para lhe dizer que o orçamento de 2021 foi de cinquenta e um milhões de euros e não de quarenta e seis milhões de euros.

Este ano é de cinquenta e seis, há que salvaguardar também que há transferência na área da educação à volta de cinco, quase seis milhões de euros.

De facto fiquei espantado com aquilo que foi dito aqui, em relação ao deputado Manuel Mestre. Então este ano vem aqui subscrever e apoiar este orçamento... Este é o orçamento possível, o senhor presidente já o disse, é o orçamento possível depois de um ano de eleições que foi 2021, não se podia de facto manter este élan que foi em relação aos investimentos a longo e a médio prazo que foram feitos nestes empréstimos.

Então, neste orçamento consta, nas entidades culturais e desportivas, para 2022, cento e vinte mil euros. Ninguém acredita que de facto temos aqui os cento e vinte mil euros, porque em 2021 estava previsto à volta de cerca de trinta e sete mil euros e depois quando foi à revisão orçamental foi mais quatrocentos e oitenta mil euros.

Isto é o orçamento possível. O verdadeiro orçamento vai surgir quando nós fizemos a próxima integração do saldo de gerência. E esta é a primeira



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

pergunta que eu fazia ao senhor presidente, se de facto já tem alguma ideia em relação aos valores do saldo de gerência.

Em relação ao número de funcionários, a Câmara neste momento tem à volta de efetivos, já, mil e oitenta e um funcionários. Está prevista a admissão de mais cento e noventa e oito, face às novas competências que a Câmara aceitou. Portanto, tem um total à volta de mil duzentos e setenta e nove funcionários. Não está em causa a necessidade que a Câmara tem de ter este quadro.

Portanto, a manutenção dos jardins estão a agregados à União de Freguesias; a limpeza e saneamento básico está agregado à Fagar; temos mais vinte e oito funcionários na Ambifaro. Não consegui encontrar o quadro pessoal da Fagar, que anda à volta de duzentos e vinte. Portanto, já vamos aqui em mil e quatrocentos funcionários. Pronto, mas o que se pede, de facto, é que haja rentabilidade e que haja por parte da câmara uma aproximação ao cidadão, que seja uma Câmara aberta que de facto esteja para servir o cidadão.

Antes de eu encerrar a minha intervenção, tinha aqui uma série de questões para levantar, algumas delas pertinentes. Portanto, em relação às entidades culturais e desportivas, o orçamento do ano passado tinha à volta de quatrocentos e vinte e um mil euros, este ano tem cento e vinte mil euros; em relação às entidades culturais tinha no ano passado também quatrocentos e tal mil euros, este ano tem no orçamento cento e vinte mil euros. Quer dizer, isto é um draft de um orçamento, isto não é o verdadeiro orçamento que nós estamos aqui a discutir. Estamos aqui a discutir um projeto de orçamento. Eu não acredito que no orçamento tenha, para as piscinas municipais, quinhentos euros. Não acredito, mas está lá. A pista de atletismo está lá prevista e orçamentado quinhentos euros; Centro Náutico, quinhentos euros; parques infantis, quinhentos euros. Quer dizer, isto não é possível. É claro que isto vai ser tudo alterado com o verdadeiro orçamento quando a gente fizer a próxima revisão.

E outra questão: vamos analisar depois dois mil e vinte e um, quando for a consolidação de contas. Aí sim é que nós vamos fazer a verdadeira análise do que foi a gestão de dois mil e vinte e um. Aí sim.

E para terminar, eu queria pedir ao senhor presidente da assembleia municipal que antes de passar à votação, eu queria fazer aqui uma declaração de voto em nome do Partido Socialista. Tenho dito. »



O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) - Presidente da junta de freguesia de Santa Bárbara de Nexe - «Muito obrigado, senhor presidente da assembleia.

Gostaria de focar aqui hoje dois ou três pontos, alguns deles preocupações. A primeira questão é que tem vindo aqui à discussão transversal, quer esta proposta de orçamento quer depois, colocado pelo senhor presidente da câmara, que teremos em sede de revisão orçamental, com a incorporação do saldo da gerência, um acréscimo de verbas numa série de rubricas. Então, como estamos a cruzar aqui esta proposta de orçamento e já estamos a falar também da revisão orçamental, eu gostava de deixar aqui alguns pontos para a Câmara Municipal considerar na sua atividade, nomeadamente na freguesia de Santa Bárbara de Neves, ou especificamente na freguesia de Santa Bárbara de Nexe.

Temos a estrada do Medronhal completamente destruída, muito no decurso das obras da Fagar, diga-se de passagem; temos a estrada da Fonte da Murta, nos Gorjões, completamente destruída – esta estrada já não se consegue intervir com os meios normais que nós temos à nossa disposição –; temos a Rua da Indústria, em Bordeira, com graves problemas de abatimento de valas da Fagar; e no decurso agora da recente repavimentação da Rua José Ferreira Pai, em Bordeira, também ficámos com uma situação bastante delicada nas bermas. E há pessoas que ao entrar e sair de casa com os carros, continuam algumas a bater e outras mesmo impossibilitadas de sair com um carro mais baixo, lá da sua residência.

Eram estas questões que eu deixava aqui patentes.

Uma outra questão que também aqui foi falada, é a questão da habitação. Também foi aqui dito que a Câmara Municipal de Faro – e eu já tinha dito isto anteriormente – tem de ter uma preocupação permanente com a habitação. Nós não vamos lá com uns grandes investimentos de dez em dez anos, da Câmara. Tem sido assim. Agora são estes; há dez anos tinha sido a Avenida Calouste Gulbenkian; dez anos antes tinha sido alguma coisa, ou das cooperativas. É uma preocupação que tem de ser contínua porque é um problema que se arrasta no nosso concelho e com a particularidade de na freguesia de Santa Bárbara nós continuarmos a não ter nenhuma perspetiva de haver investimento municipal em habitação, o que dificulta ou impossibilita a fixação dos próprios jovens residentes naturais da nossa



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

freguesia, assim como que se consiga atrair jovens para a nossa freguesia de Santa Bárbara do Nexse.

Termino com uma grande interrogação que também já coloquei noutras ocasiões – e isto não é uma crítica ao presidente ou à câmara, é uma constatação dos factos e possivelmente quem estiver à frente da câmara, independentemente dos partidos, terá de lidar sempre com esta questão – se não fosse a receita extraordinária de uma incorporação de um saldo, se não fossem empréstimos bancários, a Câmara Municipal de Faro tem zero de investimento, tem zero para investir. Isto a mim preocupa-me bastante, porque nós já tivemos a situação que tivemos no município de Faro, porque de repente essas receitas extraordinárias também podem deixar de existir, não é?

A grande pujança do mercado habitacional pode travar e podemos voltar atrás numa série de situações e ficar a gerir quase nada, a gerir o dia a dia e isto é uma preocupação que eu levanto porque os municípios e as freguesias requerem um outro tipo de descentralização que não é só descentralização de tarefas, requerem uma descentralização de autonomia financeira. menos centralização do Estado português; nas freguesias é igual, basta a câmara municipal não apoiar e nós deixamos de ter capacidade de investimento. E neste caso da câmara municipal basta não haver um PRR ou basta não haver possibilidade de ir à banca ou basta reduzir as receitas extraordinárias para vir a acontecer o mesmo.

É uma reflexão que eu deixo aqui, que faz falta um intenso trabalho no sentido de garantir uma descentralização não só de serviços mas sim uma descentralização de autonomia financeira, quer nas juntas de freguesia, quer nas câmaras municipais, quer numa futura região administrativa do Algarve, porque sem isso vamos continuar assim um pouco “às aranhas”. Muito obrigado.»

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) - «Muito boa noite a todos.

O BE irá abster-se, uma vez que os sinais políticos explanados no orçamento seguem a direção errada, no nosso ponto de vista. Por exemplo, continua-se a investir na rodovia, terceira circular e a ponte da Praia de Faro em detrimento do transporte coletivo e da mobilidade leve.

O número de equipamentos públicos novos também é muito pequeno para as nossas necessidades. Uma creche é pouco.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Claramente (e agora terminando), o plano escolhe caminhos que parecem não apontar no sentido da comunidade, serviços públicos e mitigação das alterações climáticas.

É só, muito obrigada.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) - «Senti-me com vontade de titular as palavras que vou dizer da seguinte maneira: arrastam-se os velhos problemas e não se vislumbram os novos horizontes que se anunciam. Mas também me sinto tentado a complementar e corrigir – arrastam-se alguns velhos problemas e novos problemas. E fala-se de novos horizontes, mas os novos horizontes de que se fala não estão ao virar da esquina, seguramente.

E devo também dizer que muitas coisas se modificaram nos últimos anos e temos que reconhecer isso.

Hoje, o município de Faro tem capacidade para fazer despesa e para pagar, seja despesa corrente seja despesa de investimento, isso é importante. Hoje, o município de Faro apresenta-nos aqui uma proposta de orçamento para dois mil e vinte e dois que ultrapassa os cinquenta e cinco milhões de euros. Se tivermos em conta, como também já aqui foi referido, que dentro de alguns meses estaremos em condições, porventura, de fazer uma revisão ao orçamento que lhe acrescente talvez oito, nove, dez milhões de euros. Então nós poderemos pensar o ano de dois mil e vinte e dois como um ano em que os recursos financeiros disponíveis para o município de Faro andarão nos sessenta milhões de euros a mais.

Mas eu gostava, relativamente a esta proposta de orçamento, de colocar aqui algumas notas que a nós nos parecem extremamente importantes. E começava por me referir ao problema da transferência de competências. Mais do que uma descentralização administrativa é um empurrar de encargos para cima das autarquias. Em dois mil e vinte e dois a Câmara municipal vai ter de responder à totalidade das dezasseis competências transferidas pelo governo, das quais a educação, a saúde e a ação social são particularmente exigentes, pois face ao acentuar progressivo das insuficiências da prestação dos serviços públicos nestas áreas, a governamentalização em curso do poder local democrático irá direcionar para as câmaras municipais a pressão e as exigências das populações.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Está a ser seguida uma pedagogia errada, mas que julgo que não é difícil constatar, de encaminhar as populações e as exigências das populações para cima da governação local, como se não houvesse um governo central neste país e como se fossem os municípios, as câmaras municipais, que tivessem de dar resposta a tudo.

Julgamos nós que não haverá recursos suficientes, seja logísticos, seja humanos seja financeiros, para dar a devida resposta à pressão que vai ser feita sobre os municípios e as câmaras municipais.

E lá estamos nós, há quarenta e tal anos que andamos a protelar a criação das regiões administrativas. Naturalmente que agora estamos a chegar a uma época que até ficará mal não sermos todos regionalistas. Coisa para durar em dois meses pouco mais...

Entretanto, sem regiões administrativas criadas, sem uma efetiva descentralização administrativa que junte às competências, recursos, poder de decisão, capacidade de agir, aquilo que nós vamos ter, aquilo com que nós vamos estar confrontados, vai ser seguramente prosseguir o caminho que o município de Faro já está a prosseguir. E digam-me que não, se eu porventura estiver enganado.

Vamos ter de desviar recursos das competências históricas próprias dos municípios, como já estamos fazendo, para suprir as carências que se vão manifestar no exercício e no cumprimento das competências transferidas.

Dois mil e vinte e dois e os anos seguintes vão-nos mostrar claramente como vamos estar entalados por aquilo que, no verão de dois mil e dezoito, António Costa e Rui Rio combinaram e acertaram, descarregar em cima das autarquias encargos, transformando os municípios em tarefeiros aos serviços de ministros, secretários de estado, do governo em geral.

Para além disto, ainda vamos ter os custos associados à criação da polícia municipal, que é um problema do mesmo tipo. O policiamento, por um lado, da responsabilidade da PSP e da GNR defronta-se, segundo o que a PSP e a GNR continuamente nos dizem, com falta de recursos, com falta de capacidade; então os municípios façam o suprimento dessas carências, ajudem o governo e criem polícias municipais. Além do mais, se os nossos serviços de fiscalização em muitas áreas não são suficientemente eficazes ou não conseguimos que o sejam, então ponha-se também a polícia municipal a fazer parte daquilo que é obrigação de fiscalização municipal.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

A questão da habitação, eu devo dizer-vos que na última campanha para as eleições autárquicas surpreendeu-me um tema nacional, que não foi propriamente aquilo que era tradicional que era a falta de habitação para pessoas que ou não tinham habitação ou viviam em condições tremendamente indignas, tinham muito poucos recursos, eram claramente pessoas pobres periféricas da nossa sociedade, às quais era preciso dar condições para ter habitação minimamente condigna, ou seja, acabar com barracas. O tema central das autárquicas em termos de habitação, foi a falta de habitação para os filhos da nossa classe média. Isto é, as coisas chegaram a um ponto que nem os filhos da nossa classe média já conseguem aceder à habitação.

Reportando-me agora à nossa situação concelhia, muitas das pessoas ou famílias de menores rendimentos ou extremamente carenciadas defrontam-se com dificuldades extremas quanto à habitação, quer no arrendamento, quer na aquisição. A cidade e o concelho de Faro tem assistido progressivamente à diminuição drástica das condições oferecidas para morar em Faro, às pessoas que trabalham em Faro e não têm rendimentos muito elevados do trabalho. A que se junta, como aqui também foi dito, a dificuldade de os estudantes universitários conseguirem um alojamento em condições financeiras razoáveis na nossa cidade ou no nosso concelho.

Com o orçamento municipal para dois mil e vinte e dois comprovamos que este panorama não se vai alterar muito a curto prazo. Efetivamente, as necessidades para já são tremendas. Vamos dar passos no sentido de conseguir alguma oferta de habitação, em várias modalidades de habitação acessível a pessoas de recursos mais baixos. Mas receio muito bem que a primeira situação destas que possa ocorrer no concelho demore dois, três anos ou eventualmente mais. Vão ser dois, três anos tremendamente difíceis, face às necessidades que existem no concelho, de podermos resolver o problema da habitação. E o que não se fez, feito não está, mas aqui também é bom que nós lancemos um pouco um olhar crítico sobre aquilo que não se fez, sobre aquilo que se deixou de fazer e sobre aquilo que se deveria ter feito. A estratégia seguida, ao longo de muitos anos, de construir uma cidade e um concelho só para ricos, eu devo dizer-vos que do ponto de vista de oferta de habitação para arrendar, ou da oferta de habitação para adquirir, este processo começou a ser claramente visível de há cerca de quinze, vinte anos para cá e foi-se sempre acentuando. As pessoas de mais fracos rendimentos passaram a ter extrema dificuldade em arranjar uma casa para alugar. E uma



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

casa para comprar nem pensar nisso. Nós durante alguns anos, através do cooperativismo, através da habitação social construída com dinheiros públicos, conseguimos colocar a viver em Faro, na cidade, milhares de famílias. Foi tremendamente importante para todas essas pessoas e para o desenvolvimento de Faro, que pessoas de rendimentos médios baixos ou baixos pudessem viver na cidade e isso, de há dez, quinze, vinte anos para cá, tornou-se praticamente impossível. Se nós conjugarmos isso com a grande moda que foi criada de que o futuro está nos baixos salários e na precariedade crescente, temos a desgraça criada e é um bocado nessa desgraça que nós ainda vivemos e vamos ter de lutar muito para sair dela. Porque a cidade e o concelho precisam do trabalho dos mais pobres, trabalho esse que se associa cada vez mais, como disse, à precariedade e aos baixos salários, os quais não têm contudo onde morar com o mínimo de dignidade, e durante dez, quinze, vinte anos nós investimos profundamente no vai-e-vem entre Faro e as áreas limítrofes do concelho ou os concelhos limítrofes.

Outra questão para nós é altamente chocante e que se traduz num jogo relativamente simples: o futuro a médio, longo prazo vai ser radioso, hoje e amanhã não precisamos de fazer nada.

A insalubridade a sul da linha do caminho de ferro, na Horta da Areia é inaceitável e é um perigo para a saúde pública. Trata-se de uma extensa área, que não tem condições para quem lá vive, nem para as empresas que lá laboram, nem para o desporto que lá se pratica.

As entidades públicas e privadas envolvidas e responsáveis por tal abandono devem rapidamente demolir ruínas, limpar solos, secar charcos e recuperar o que é recuperável. Pelo que se constata, ainda não será em dois mil e vinte e dois que a Câmara Municipal irá fazer alguma coisa neste sentido, alheia a que estamos a falar de uma zona que dista pouco mais de um quilómetro da cidade velha ou da baixa e que do outro lado da linha de caminho de ferro está o Bom João e a Atalaia com milhares de habitantes.

Não se justifica em função de desenho, como é bonito que o desenho seja e parece que a única coisa que tem aparecido por aí de há meia dúzia de anos para cá é apenas um desenho, não se justifica e convido-vos a todos a ir ver o que lá está, não se justifica que a um quilómetro (pouco mais) da baixa da cidade, a um quilómetro (pouco mais) dos Paços do Município esteja lá aquela imundice toda, com todos os riscos que representa para a saúde pública e



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

para a segurança pública. É uma vergonha para qualquer fareense. É uma vergonha para mim. É uma vergonha para nós, CDU.

A questão dos postos de trabalho: é positivo que o município tenha trabalhadores e precise cada vez mais de ter trabalhadores, porque se a filosofia de todos for ter cada vez menos trabalhadores, pagar cada vez menos pelo trabalho e transformar o trabalho cada vez mais numa coisa precária, nós não vamos ter futuro porque não vai ficar cá ninguém. A não ser aqueles que já são velhos para abalar a não ser o outro lado.

O número total de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal é de mil duzentos e setenta e nove. O Departamento de Desenvolvimento Social e Educação, com quatrocentos e oitenta e um postos de trabalho previstos, trinta e oito por cento do total, ilustra bem o peso da transferência de competências da administração central para o município de Faro, transformado em tarefeiro sob tutela governamental, pois além de subfinanciar também tem pouco poder de decisão.

Sob outro ponto de vista, julgamos dever assinalar que as possibilidades de crescimento do caciquismo local nas áreas social, da saúde e da educação são reais e tentadoras. O que é que eu me refiro aqui? A transferência de competências tem associado um elemento extremamente perigoso, que é, a partir das competências transferidas e a partir do município, ser possível desenvolver-se, ser tentador desenvolver-se um poder sobre as organizações e sobre as pessoas que facilmente se transformará naquilo a que eu chamo um perigoso caciquismo local.

Temos depois duzentos e dezanove postos de trabalho previstos para o Departamento de Infraestruturas e Urbanismo e, a seguir, com cento e trinta e nove postos de trabalho previstos o Gabinete de Apoio Especializado, que integra os bombeiros sapadores e os polícias municipais. O Departamento de Infraestruturas e Urbanismo, traduzindo uma capacidade maior de investir, e que se deseja que prossiga, vai ser juntamente com o Departamento de Desenvolvimento Social e Educação, mais o Gabinete de Apoio Especializado, os grandes concentradores de recursos humanos aqui do mapa de pessoal do município de Faro.

Quando nós chegarmos ao fim deste processo da assunção de responsabilidades em termos de competências transferidas, logo teremos oportunidade de ver como é que estas coisas estão.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Agora, gosto sempre de fazer uma referência breve a estes aspetos, que é, quando nós olhamos para os cinquenta e tal milhões de euros do orçamento da receita, a parte de leão disto nós vamos buscá-la aos nossos munícipes. Os impostos diretos contribuem com cerca de quarenta e um por cento, particularmente o imposto municipal sobre imóveis e o imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis. Mas o grande cobrador de impostos é o governo à administração central; então, o que é que nós vamos buscar à administração central, relativamente aos impostos que o Estado cobra? Muito pouco. O fundo de equilíbrio financeiro manda-nos dois milhões e tal de euros. A participação fixa no IRS manda-nos quatro milhões e tal de euros. E não fora a transferência de competências na área da educação e na área da saúde, que nos manda à volta de seis milhões e tal de euros, nós teríamos como ajuda da administração central à assunção das nossas competências municipais, perante os nossos munícipes, uma coisa da ordem que não chegaria a dez milhões de euros. Muito, muito pouco, comparado com aquilo que nós vamos buscar aos nossos munícipes. E mesmo assim nós haveremos de verificar isso, infelizmente talvez não estejamos enganados, os seis milhões e tal de euros que vamos receber por causa das competências transferidas vão-se mostrar insuficientes e, provavelmente, nós ainda vamos buscar aos nossos recursos financeiros próprios algo significativo para suprir essas carências.

Só uma menção final a uma coisa que também já aqui foi dita. Nós sabemos que este é um orçamento inicial, no entanto, apesar de ser um orçamento inicial há aqui um aspeto que eu queria destacar: as entidades desportivas, o associativismo desportivo, no município de Faro, ter à partida pouco mais de oitenta mil euros, nos tempos que vivemos e com as dificuldades com o associativismo desportivo em particular atravessa, é muito mau sinal. Não deveria ter aparecido num orçamento, mesmo inicial, de cinquenta e tal milhões de euros apenas oitenta e tal mil euros para o associativismo desportivo. Isto é como estar a dizer ao associativismo desportivo, “eh pá! vocês aguentem porque melhores tempos virão”, mas quando os melhores tempos chegarem nós precisamos que o associativismo desportivo esteja bem vivo e esteja de pé.

Agora para terminar (só um bocadinho mais de paciência, senhor presidente, isto ainda é cedo), eram só três notas sobre os novos horizontes.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Falou-se aqui de árvores; não vou falar da importância das árvores, eu só vou falar de uma coisa que me magoa e entristece muito quando eu ando por Faro (concelho), seja na campina, seja no barrocal. O que me entristece muito é ver a enorme quantidade de pomares de sequeiro e de pomares de regadio abandonados; a quantidade de árvores abandonadas no concelho de Faro, porque os terrenos foram abandonados. Porque a União Europeia nos disse “você não precisam de produzir a partir da terra, nós temos cá para vos comprar”, levou a que nós, que tínhamos condições extraordinárias do ponto de vista agrícola e agropecuário, andemos por todo o concelho a ver milhares e milhares de árvores, fonte de riqueza, completamente abandonadas.

Depois, não resisto a falar na praia de Faro, para terminar. A praia de Faro é uma zona urbana importante do nosso concelho. Tem uma acessibilidade precária, eventualmente com alguma falta de segurança – embora os camiões que lá passaram aqui há uns anos tenham feito um teste de segurança importante e ela não caiu – aquela ponte funciona doze meses por ano, vinte e quatro horas por dia. Não é uma ponte só para as pessoas se lembrarem dela durante um mês e meio por ano. Aquela ponte faz falta vinte e quatro horas por dia, e o que não faz falta nenhuma – como aqui também já foi dito – é eu estar parado à espera do verde para avançar e às vezes o verde aparece e eu não avanço mais do que cinco metros! Isso é que tem de acabar. Aquilo tem de ser um sítio onde eu tenha condições para entrar e condições para sair, vinte e quatro horas por dia, durante todo o ano, sem grandes problemas. Esperemos que a ponte que vá ser construída dê resposta a isso. E mais, a praia de Faro – e há aqui quem tenha feito as contas a isso – permite aos visitantes automobilizados fazerem praia em termos de uns sete mil e quinhentos por dia, e eu já fiz as contas a todos os transportes públicos existentes para a praia de Faro e do nascer do sol até às duas da tarde não colocavam lá mais de oitocentas pessoas.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Boa noite, senhor presidente da assembleia municipal, senhor presidente da câmara, na pessoa de vossas excelências cumprimento todos os presentes e recomendava ao senhor presidente da Assembleia Municipal que fizesse o favor de pedir à câmara que sempre que um dos deputados municipais falasse, este microfone e este palanque fossem limpos.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

“Estou pronto” – esta era a frase escrita nos cartazes até vinte seis de setembro. Para quê? E eu estava preocupado, porque de repente aparece “estamos prontos” e, aí sim, aí tive que virar as antenas para a Casa dos Rapazes, onde sabia que, a vinte e quatro de setembro, falava um ex-presidente de câmara, que hoje está aqui sentado, o deputado Luís Coelho. Vamos ver se pelo menos este homem vem dizer alguma coisa! E eu: antenas para a Casa dos Rapazes, vinte e quatro, até à meia-noite, de onde saíram cento e vinte pessoas. E aí vi que isto estava resolvido. Mais do que resolvido. O que eu andei a dizer aqui durante quatro anos, ao PS, foi isto: *“não vale a pena, como no mandato anterior, fazer uma política de terra queimada na Câmara e não vale a pena agora fazer aquilo que estava a ser feito na Assembleia Municipal”*. Os resultados estão à vista. Aquilo que eu tinha dito há três anos, que o resultado ia ser de seis-três, verificou-se, e que vinte anos depois ganhávamos a Assembleia Municipal. Mas o Luís Coelho tinha alguma coisa para dizer, e disse-o! Disse que era preciso continuar a fazer habitação em Faro. Foi isso que ele fez durante os mandatos dele e tinha razão, portanto eu nessa noite fiquei satisfeito, pelo menos o “estamos” havia um que estava preparado, era ele.

E o que é que nós queremos efetivamente neste orçamento? Nós hoje tivemos a coragem, através dos membros da nossa bancada, de vir aqui dizer o que é que nós queremos para manter esta cidade em termos de gestão permanente com Rogério Bacalhau. Aquilo que fizemos, o parque de campismo, o centro de recolha, a mata, tudo isto se disse aqui, mas para nós não basta e dissemo-lo hoje aqui: a habitação social é uma exigência nossa. As comunidades errantes que cada dia aumentam no nosso concelho são preocupantes, porque ouviram dizer que aqui vai haver habitação e portanto a ciganada está aí toda. Eu não tenho problemas com os ciganos porque gosto deles. Estão aí todos. Aquela feira de Santa Iria ali não pode estragar o parque, porque aquilo está tudo umas coisas em cima das outras. Nós sabemos disso no PSD e estamos disponíveis, com Rogério Bacalhau, a tratar destes assuntos neste mandato. Agora, tudo isso, a habitação social e todas estas questões que eu referi, fazem parte da gestão diária de uma cidade. Falta-nos acabar aqui uma série de coisas, mas o mais importante para nós é este desafio que eu ando a fazer oposição aqui nos últimos quatro anos.

Temos o problema da ria para resolver, e do caminho de ferro? Temos.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Temos o problema da campina? Temos.

Temos os problemas do espaço aéreo? Temos.

Temos uma série de problemas que estão realmente a impedir que Faro se desenvolva. E é isso que eu pretendo discutir, amigo Mendonça, consigo. Eu não pretendo discutir aqui estas questões menores da cidade. Não pretendo discutir isso aqui na Assembleia. Pretendo discutir aquilo que o meu amigo, numa parte do seu discurso, referiu.

Como é que estas coisas que eu aqui disse, e que estão a perturbar Faro para o grande desenvolvimento de uma capital europeia, como é que nós vamos resolver isto?

Temos que chamar aqui o poder central, porque nós andamos à espera há uma série de meses que haja um despacho ministerial que resolva o problema do porto comercial. Falta um despacho ministerial para resolver a questão do porto, para começarmos com os planos diretores municipais daquela zona.

Falta fazer o plano diretor municipal de Faro, finalizá-lo rapidamente. Falta, sim senhor, mas isto são coisas que só se resolvem se houver aqui uma intervenção do poder político nacional, como o Mendonça disse e bem. Porque se vamos estar à espera dois, três e quatro anos do despacho que o Rogério Bacalhau está à espera para resolver a questão do Porto e lançar os projetos, bem então não vamos a lado nenhum.

Portanto, se agora nós conseguirmos aqui fazer aprovar moções que eventualmente entreguemos... Agora já não há a preocupação, é o Cristóvão Norte que vai fazer campanha lá para cima...já não é essa preocupação, porque agora o meu desafio é que todos os deputados efetivamente agarrem nas moções que aqui fazemos e que, junto do poder central, seja ele qual for, venha resolver efetivamente os problemas de Faro.

Portanto, vamos pôr os pontos nos *is*, nisto. A gestão corrente e o desenvolvimento destas questões da Câmara estão a ser resolvidas e os farenses apreciaram. Não venham aqui dizer que não apreciaram. A gestão do Rogério Bacalhau, durante estes oito anos, foi agora concretizada nas eleições. E eu queria ver o que é que isto ia dar. E deu. E não quero pedir ao António Costa que altere a lei para, se isto continuar assim, daqui por quatro anos levarem sete a dois; porque foi cinco-quatro seis-três e passa a sete a dois, e eu não quero que isso aconteça porque defendo a alternância! E quando vi "estou preparado" [pensei] vem aí a alternância, vem aí alternância do poder.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Portanto, o meu desafio grande a todos é que, efetivamente, Mendonça, nós consigamos nesta assembleia o que nos falta aqui, que é a intervenção do poder nacional para resolvermos e para transformarmos esta cidade numa grande capital europeia. Disse.»

Presidente da Assembleia Municipal - «Muito obrigado. Registo um pedido de palavra, para que efeito?»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) - «Para **defesa da honra**.

Senhor presidente, eu vou-me referir agora ao senhor Gameiro Alves.

O senhor Gameiro Alves, tem que ter um pouco de cuidado na língua. As eleições já foram. Agora, não sabia que o senhor é um profeta!

O senhor não está no conselho nacional do PSD, está na Assembleia Municipal. E recordo aquilo que o senhor disse na última reunião da Comissão Nacional do PSD, em que você entalou o Presidente da Câmara quando diz (que foi um gozo danado) em relação aos conselheiros que estavam na comissão política do PSD, “que está aqui como testemunha o doutor Rogério Bacalhau que é o melhor presidente de câmara do país, da Europa e do mundo”. Isto define, de facto, o que é o seu discurso, senhor Gameiro Alves.

Disse, disse! Está gravado. Eu mostro-lhe a gravação. Você não diga que não disse, que disse-o. Não esteja a desmentir aquilo que disse. Um conselheiro do PSD teve o cuidado de me mandar esta gravação.

[O Presidente da Assembleia Municipal pede para concluir]

Senhor presidente, eu falei na minha primeira intervenção sete ou oito minutos; há quem tenha aqui deputados municipais que o seu valor em termos do cidadão é um valor residual, mas falam mais tempo do que os membros do Partido Socialista.»

Presidente da Assembleia Municipal - «Carlos Alberto, tenho que lhe rogar que não desconsidere os outros membros da assembleia municipal ou a sua legitimidade. A única coisa que lhe disse era para concluir a defesa de honra, que foi a razão pela qual solicitou o uso da palavra.

Se tem uma intervenção para fazer, fá-la-á, mas peço-lhe que se iniba de fazer essas observações a respeito de terceiros.»



O membro da AM, Carlos Alberto (PS) - «Posso acabar?»

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Como já tive a oportunidade de me expressar em anteriores AM's, a pandemia da Covid-19 veio para ficar, agora sob a égide de uma nova variante.

Exige-se nestes tempos difíceis, que o executivo tenha de ponderar a sua atuação no que concerne aos gastos públicos e que os investimentos sejam estratégicos e com elevada ponderação custo-benefício.

O Mundo está a mudar.

E é com o mundo e a sociedade a mudar que vamos apreciar hoje as Grandes Opções do Plano 22/26 e Orçamento da Câmara para 2022, sob a égide consequência incalculáveis, para economia, saúde e emprego.

ORÇAMENTO 2022

1- Ao analisar o Orçamento para 2022, verificamos mais uma vez a falta de sensibilidade por parte deste executivo, ao setor social e o fraco apoio às famílias e aos mais carenciados.

A Área Social continua a ser o parente pobre deste e dos anteriores orçamentos.

2-Diz o Senhor Presidente na sua nota de introdução, que Habitação ia merecer destaque no orçamento de 2022, verificamos que a dotação prevista representa menos de 1%.

Trata-se de uma resposta pobre e fraca ao grave problema de Habitação Social no Concelho.

Quando existe mais de 200 agregados familiares identificados em situação grave de habitação.

A oferta é deficitária, verificando-se grande insatisfação com a insuficiência de soluções para os problemas habitacionais de cariz social do concelho de Faro. Saliente-se a dicotomia entre o n.º de fogos municipais existentes e a evolução sentida no número de pedidos de habitação social dirigidos aos serviços competentes da Câmara Municipal de Faro, que atinge números exorbitantes, aumentando grandemente a necessidade de novas ofertas.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

3-Destaque também, talvez por omissão, qualquer intervenção de requalificação na frente ribeirinha, na Zona Industrial do Bom João ou no Cais Comercial, projetos anunciados com pompa e circunstância.

4-A Cultura, Desporto, Tempos Livres, Ação Social, Saúde, estes objetivos ficam muito abaixo da meta de 2020 e 2021.

GOPS 2022 a 2026

Como não podia deixar de ser, a análise das GOPs é corolário do que foi a Gestão Municipal nos últimos anos a falta de um Plano Estratégico para Faro.

1-É preocupante a falta de um Plano Estratégico para o Concelho, que marque a viragem de FARO a caminho de um futuro mais desenvolvido.

Como já disse no passado as Grandes Opções do Planos, deveria ser a oportunidade de se criar instrumentos que estimulem e gerem dinâmicas de riqueza para o concelho, em prol da competitividade e de um desenvolvimento sustentável, garante de qualidade de vida para a população, residentes e turistas, que tem no território o seu elemento qualificante e diferenciador.

2- Continuamos a verificar nas GOP's 2022-2026, uma ausência de uma estratégia integrada de reabilitação urbana na Baixa ao Centro Histórico.

Criação de um Parque Industrial de Feiras e Exposições, com o objetivo de se requalificar o Largo de São Francisco.

3-Faro é um Concelho com características muito particulares, quer do ponto de vista territorial, pela sua diversidade (Barrocal/Litoral, Urbano/Rural, Ilhas/Ria Formosa/Costa marítima, quer administrativo, pela coincidência de ser sede de Concelho e Capital de Distrito (efeito de capitalidade).

Capital administrativa da região, neles se localizam as principais infraestruturas para o desenvolvimento da região: a Universidade, o Aeroporto, o Centro Hospitalar e Universitário do Algarve e ainda, o futuro Pólo Tecnológico do Algarve, já em fase inicial de obra.

4-Faro é um concelho onde é bom viver, mas tem problemas de atratividade e de fixação de empresas para que possa crescer com uma economia dinâmica, que deverá passar por criar condições para novas oportunidades de investimento. Envolvendo o saber a educação e o conhecimento da Universidade do Algarve.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Faro terá que ser cada vez mais um concelho jovem, atrativo, vibrante e moderno.

Face ao exposto e dando o benefício da dúvida ao executivo, a bancada do Partido Socialista vai-se abster no Orçamento para 2022 e Grandes Opções do Plano para 2022/2026.”

Tenho dito.»

Presidente da Assembleia Municipal - «Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que entender.

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor presidente.

Selecionando apenas algumas coisas que foram mais ou menos interpelações:

O membro Daniel Viegas referiu os pontos sete, oito e nove; dizer que o ponto nove não é para votar aqui, era apenas para votar na Câmara. Apenas o sete e o oito são para votação na assembleia, porque são a competência da assembleia.

O que é que isto significa? Significa que a assembleia delega no presidente poder fazer despesa que esteja referenciada no orçamento em termos de compromissos plurianuais. Eu dou-vos um exemplo: imaginem que queremos lançar um procedimento para uma aquisição de qualquer coisa e que esse procedimento vai ter efeitos por exemplo agora em dois mil e vinte e um e em dois mil e vinte e dois, mas que são rúbricas em que o orçamento já está dotado, até porque nós temos, e muito bem, agora orçamentos para vinte e três, vinte e quatro, vinte cinco, vinte seis. Se houver isto e sejam coisas que estão no orçamento, a câmara pode, e o presidente pode lançar esses procedimentos sem ter que vir aqui. Se não tivermos esta competência, se quisermos comprar por ex. betuminoso para um período que vá de agora até abril, tenho que trazer aqui para autorizarem essa despesa plurianual.

Portanto, são coisas que estão já neste documento que aqui está. Se forem rubricas novas nas GOP terá que vir sempre aqui, e portanto é isso que significa.

Dizer-vos que sobre a ponte da praia de Faro, eu passo lá todos os dias e sinto-me seguro e portanto podem continuar que certamente não terão problemas absolutamente nenhuns.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Depois, houve aqui alguém que disse que há aqui aumento de impostos, não sei onde é que vê isso, nunca tivemos impostos tão baixos como temos neste orçamento. Aliás, desde o ano passado com o IMI a zero vírgula trinta e cinco, sempre foi zero vírgula quatro. As outras estão iguais, exceto a derrama que, para empresas com menos de cento e cinquenta mil euros, tem um valor este ano residual e esperemos passar a zero.

Depois fala-se muito de habitação, mas em que todos têm uma varinha mágica e resolvem isto de um dia para o outro.

Nós vendemos em junho dois lotes. Ainda não fizemos a escritura desses dois lados porque é preciso um procedimento no meio disto tudo; quando fizermos a escritura o promotor tem seis meses para fazer o projeto e dois anos para construir. E portanto estamos a falar de três anos. Bom, se alguma das pessoas conseguir fazer isto em menos tempo, certamente que qualquer câmara o vai contratar para fazer isso.

Já agora, sobre a delegação de competências: nós temos praticamente todas as delegações de competências já assumimos; umas estamos a fazer melhor, outras estamos a fazer pior, aquela que tem maior impacto é a da educação, que já vem desde dois mil e nove, e agora atualizamos e passou e que tem um impacto no orçamento na ordem dos seis milhões de euros. E posso-vos dizer que, aliás das conversas que tenho com os meus colegas que também têm esta transferência de competências, nenhum se queixa porque o dinheiro tem vindo e a gente tem-no aplicado. Aliás, como sabem, em Faro essa aplicação até é feita, naquilo que lhes diz respeito, pelos agrupamentos. E nunca nos faltou. Dizem-me assim: *bom, mas o dinheiro não chega*, - claro que não, quando eu tenho um rácio que me diz que naquele agrupamento devem estar lá setenta pessoas e o presidente da câmara põe lá setenta e duas, é evidente que estas duas têm que ser pagas pelo presidente da câmara, porque senão então ninguém se entendia neste país. A gente punha lá o que queria e depois pedia dinheiro ao orçamento de estado. E portanto isso são opções das câmaras.

Em dois mil e vinte nós pusemos cinco milhões de euros para o combate à COVID, não vi aqui ninguém para contrariar isto. E a semana passada adjudiquei a compra de uma tenda, são noventa e nove mil euros, para pôr à porta do pavilhão para montar um novo local para vacinas. Se eu trouxesse aqui, algum dos senhores votava contra? Mas isto não tem nada a ver com o



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

município, desculpem lá, a responsabilidade da saúde é, no caso do Algarve, da ARS. Que nós tenhamos apoiado as famílias que passaram fome e tudo isso, em parte é da nossa responsabilidade, em parte, porque há uma parte que é segurança social. Ninguém pôs isso em causa. Ainda hoje recebi dois e-mails para pedir uma viatura para amanhã uma equipa de um médico e dois enfermeiros (salvo erro) ir vacinar pessoas a casa. E outro e-mail para depois de amanhã. Mas eu tenho alguma coisa a ver com isso? Desculpem lá, eu não tenho transferência de competências, ainda não assinei, quem tinha que fazer isso eram os serviços de saúde que têm viaturas, deviam ter motoristas e tudo isso. Só que, lamento, o sistema de saúde e as ARS estão falidas, mas ninguém põe isso em causa, e portanto eu vou assinar o contrato do auto de transferência da saúde logo que me ponham à frente; ainda não assinei porque no início do ano mandaram-me um contrato em que o presidente da ARS ficava a mandar em mim, é uma coisa espetacular: no final tem uma grelha de avaliação da atuação do presidente.

Mandei aquilo para a ANMP, fez-se reuniões com a Secretaria de Estado e já retiraram e, portanto, o novo eu assino quando mo puserem à frente. Nenhum presidente da ARS está a notificar os presidentes de câmara para isso, eles não querem, mas querem que a gente pague tudo.

Na questão da área social, também só saiu agora o despacho. E portanto eu não tenho porque ainda não me deram. Quando tiver, sabem que eu sou a favor disso.

Foi dito aqui que estamos a investir com empréstimo. Claro que sim. Nós podemos ir até, salvo erro, cinquenta e cinco/ sessenta milhões de endividamento. Temos catorze; com estes dez milhões que andam por aqui, provavelmente no final do próximo ano, se executarmos isto tudo, ficaremos em dezasseis, dezassete, dezoito. Ainda podemos ir buscar mais quarenta milhões. Mas é assim que se faz a vida. Ou vocês acham que eu, com o ordenado presidente da câmara, conseguia comprar o apartamento onde vivo? Foi pago o ano passado, estive vinte anos a pagá-lo, tinha que ter andado debaixo da ponte vinte anos e o ano passado comprava-o, só que o ano passado já custava o dobro. E portanto isto faz-se assim, nenhum município nem nenhuma pessoa individual tem capacidade de investimento se não for – estou a falar de coisas grandes, é evidente – se não for com recurso a crédito.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

O saldo de gerência no próximo ano ainda não sei, deve andar nos nove, dez, onze milhões, que será certamente inferior ao do ano passado. E há de ser sempre assim e portanto todas as câmaras têm este tipo de saldos.

Já agora, sobre a polícia municipal: bom, a gente tem polícia municipal, eu trouxe isso aqui há um ano e disse: sou contra, mas eu não tenho hipótese se não for assim.

Mas eu não percebo porque é que se fala na polícia municipal e não se fala nos bombeiros; porque é que o município de Faro há de ter bombeiros? Essa é uma responsabilidade da administração central. A prova disso é que só há vinte e seis municípios que têm bombeiros! Eu não estou a dizer com isto que vou acabar com aquilo. Porque se acabássemos com isso acontecia o mesmo que com a polícia, ficávamos pior ainda. Mas a questão dos bombeiros é uma área que nós temos – e bem – mas que devia ser a administração central a financia. E é uma guerra que nós temos na Associação de Municípios, é que o Estado financia todas as associações mas quando chega aos municípios: zero; agora expliquem-me lá porquê...

Já agora, o membro António Mendonça refere aqui que a transferência de competências é um elemento perigoso, porque isto vai criar... – qual foi o termo? –caciques. Bom, mas se formos por essa razão o melhor é extinguir as autarquias porque a gente tem outras competências e não é agora por causa destas que isso vem. E já tínhamos.

Já agora, sobre a ponte da Praia de Faro, dizer que quando a ponte estiver concluída, se eu estiver cá, os semáforos para a entrada são para manter, pelo menos no mês de maio, junho, julho e agosto. O resto do ano não é preciso. Eu agora posso perfeitamente entrar e sair que isso não é que me causa problema nenhum. Se em agosto eu não tiver um garrote à entrada, ninguém anda lá dentro porque entra tudo e ninguém se consegue movimentar e, portanto, durante a época alta vai ter que ter aquele semáforo ali um minutinho vermelho, não está ninguém na ponte para entrar mas os carros param. para os outros que estão lá dentro circularem, estacionarem e saírem. Quando eu me for embora, quem quiser pode acabar com o semáforo.

O cais comercial “anunciado com pompa e circunstância”... É verdade, com a ministra Ana Paula Vitorino. A pior coisa que aconteceu foi o António Costa ter mudado o assunto, do Ministro do Mar para o Ministro das Infraestruturas. No mesmo dia que pedi para a Docapesca pedi para o cais



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

comercial.

O senhor Ministro do Mar despachou e o Ministro das Infraestruturas ainda tem em cima da secretária. Não quer dizer que tenha corrido melhor, porque no Mar fez-se a comissão, fez-se o estudo, fez-se o protocolo que foi assinado aqui, no dia da cidade, e está há um ano no Ministro das Finanças para homologação. O ministro da descentralização, a senhora Ministra Alexandre Leitão já assinou, o Ministro do Mar já assinou, e o Ministro das Finanças não sabe o que é que é aquilo e portanto tem lá há um ano para assinar. E, portanto, em relação à descentralização muita coisa está aí por fazer.

Por último: “temos que fazer um plano estratégico” e depois fala na reabilitação desde o centro histórico ao largo da estação. Mas isso está feito, e nunca foi o PS que falou nisso. Essa ideia é minha, de dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete. Hoje o PS fala nisso, mas ainda bem, fico muito satisfeito. É um pouco como a capital europeia da cultura, felizmente hoje foi assumida por todos, mas a ideia foi de uma pessoa que se chama Joaquim Guerreiro.

Obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal - «Muito obrigado, senhor presidente. Vamos então passar à votação. A votação tem obrigatoriamente que ser feita por pontos, a menos que todos votassem no mesmo sentido todas as propostas e as manifestações que a Mesa tem não vão nesse sentido.

Portanto vamos votar o ponto número um: aprovar a manutenção dos valores a cobrar na tabela de taxas para o ano de dois mil e vinte e dois atendendo à reduzida taxa de inflação e à situação adversa dos agentes económicos como consequência da pandemia;

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

O ponto número um é aprovado com votos favoráveis do PSD, do CDS, do Chega, do MPT, do PPM, do PS, da CDU, e abstenções da Iniciativa Liberal, do Bloco de Esquerda e do PAN.

Vamos passar então à votação do ponto dois: aprovar o orçamento e plano orçamental plurianual dois mil e vinte e dois - dois mil e vinte e seis;

Quem vota contra?



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

Portanto, o ponto dois foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, do CDS, do Chega, da Iniciativa Liberal, do MPT, do PPM, e as abstenções do PS, da CDU, do Bloco de Esquerda e do PAN.

Passamos então à votação do ponto três: aprovar o mapa de pessoal do município e respetivo plano anual de recrutamento, nos termos da legislação em vigor;

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

Portanto, a proposta foi aprovada com votos favoráveis do PSD, do CDS, do Chega, do MPT, do PPM, e abstenções da Iniciativa Liberal, do PS, da CDU, do Bloco de Esquerda e do PAN.

Passemos então ao ponto quatro: aprovar as grandes opções do plano do município que integra o plano plurianual de investimento dois mil e vinte e dois - dois mil e vinte e seis;

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

O Ponto quatro é aprovado com os votos favoráveis do PSD, do CDS, do Chega, da Iniciativa Liberal, do MPT, do PPM, e abstenções do PS, CDU, Bloco de Esquerda.

Passemos então ao ponto cinco: aprovar o orçamento e plano orçamental plurianual dois mil e vinte e dois - dois mil e vinte e seis do Teatro Municipal de Faro - Serviços Municipalizados e respetivas demonstrações financeiras previsionais;

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

Foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, CDS, Chega, Iniciativa Liberal, MPT, PPM, e as abstenções do PS, CDU, Bloco de Esquerda e PAN.

Passemos ao ponto seis: aprovar o mapa de pessoal do Teatro Municipal de Faro -Serviços Municipalizados para o ano de dois mil e vinte e dois;



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Quem vota contra?

Quem se abstêm?

Quem vota a favor?

O número seis foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, do CDS, do Chega, da Iniciativa Liberal, do MPT, do PPM, e as abstenções do PS, CDU, Bloco de Esquerda e PAN.

Passemos ao ponto sete: aprovar a proposta para emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do número um do artigo sexto da lei oito de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, e do artigo doze do decreto-lei cento e vinte sete de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na sua redação atual;

Quem vota contra?

Quem se abstêm?

Quem vota a favor?

O número sete foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, do CDS, do Chega, da Iniciativa Liberal, do MPT, e do PPM; abstenções de CDU, Bloco de Esquerda, PAN, e os votos contra do Partido Socialista e a abstenção do senhor presidente da junta de freguesia da União de Freguesia de Estoi e Conceição.

Passemos ao ponto oito: aprovar a delegação de competências no presidente da câmara municipal, nos termos do número três do artigo seis da lei oito de dois mil e doze, de vinte de fevereiro, na relação atual, para assunção de compromissos plurianuais de valor inferior ao montante a que se refere a alínea b) do número um do artigo vigésimo segundo do decreto-lei cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho, na sua redação atual;

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

Aprovado com os votos favoráveis do PSD, CDS, Chega, Iniciativa Liberal, MPT, PPM; as abstenções do senhor presidente da junta de freguesia da União de Freguesias de Estoi e Conceição, da CDU, do Bloco de Esquerda e do PAN; e os votos contra do Partido Socialista.

Portanto, estes pontos foram aprovados por maioria.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

“DELIBERAÇÃO:

Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Auditório 1.5 da Universidade do Algarve, Campus da Penha, apreciou e votou o solicitado nos pontos 1 a 8 da **Proposta n.º 443/2021/CM** respeitante ao Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2022-2026, conforme apresentado no ofício n.º 10247, de 03/12/2021, da Câmara Municipal de Faro, designadamente:

1 – Aprovar a manutenção dos valores a cobrar na Tabela de Taxas para o ano 2022, atendendo à reduzida taxa de inflação e à situação adversa dos agentes económicos como consequência da pandemia;

Votação:	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	TOTAL
Favor	10	02	01		01	01	10	03			28
Contra											00
Abstenções				01					01	01	03

Este ponto foi aprovado por maioria.

2 – Aprovar o Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2022 a 2026 para o Município;

Votação:	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	TOTAL
Favor	10	02	01	01	01	01					16
Contra											00
Abstenções							10	03	01	01	15

Este ponto foi aprovado por maioria.

3 – Aprovar o mapa de pessoal do Município e respetivo plano anual de recrutamento, nos termos da legislação em vigor;

Votação:	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	TOTAL
Favor	10	02	01		01	01					15
Contra											00
Abstenções				01			10	03	01	01	16

Este ponto foi aprovado por maioria.

4 – Aprovar as Grandes Opções do Plano do Município, que integram o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades mais Relevantes, para 2022 a 2026;

Votação:	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	TOTAL
Favor	10	02	01	01	01	01					16
Contra											00
Abstenções							10	03	01	01	15

Este ponto foi aprovado por maioria.

5 – Aprovar o Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2022 a 2026 do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados e respetivas demonstrações financeiras previsionais;

Votação:	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	TOTAL
Favor	10	02	01	01	01	01					16
Contra											00
Abstenções							10	03	01	01	15



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Este ponto foi aprovado por maioria.

6 – Aprovar o mapa de pessoal do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados para o ano de 2022;

Votação:	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	TOTAL
Favor	10	02	01	01	01	01					16
Contra											00
Abstenções							10	03	01	01	15

Este ponto foi aprovado por maioria.

7 – Aprovar a proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual;

Votação:	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	TOTAL
Favor	10	02	01	01	01	01					16
Contra							09				09
Abstenções							01 (*)	03	01	01	06

(*) Presidente União de Freg Conceição/Estoi

Este ponto foi aprovado por maioria.

8 – Aprovar a delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, para a assunção de compromissos plurianuais de valor inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual;

Votação:	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	TOTAL
Favor	10	02	01	01	01	01					16
Contra							09				09
Abstenções							01(*)	03	01	01	06

(*) Presidente União de Freg Conceição/Estoi

Este ponto foi aprovado por maioria.”

Presidente da Assembleia Municipal - «Passaremos de imediato ao ponto dois, para depois concluirmos com o período de intervenção e esclarecimento destinado ao público. Eu não faço já o ponto do período de intervenções e esclarecimento destinado ao público, porque o senhor presidente de câmara informou que a informação escrita seria breve e portanto não faz sentido estarmos a alterar a ordem de trabalhos para esse efeito.»



Ponto 02

Apreciação da informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25 da lei 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Câmara Municipal – Obrigado, senhor presidente. A informação hoje é muito escassa. Trouxe apenas aqui os processos de contencioso e a informação financeira.

Relativamente ao contencioso, mantém-se tudo como há cerca de um mês.

Da informação financeira: da receita corrente temos neste momento cobrado cerca de cinquenta milhões de euros, portanto penso que ficaremos muito próximo da totalidade da receita que tínhamos, de alguma forma, previsto no orçamento.

O endividamento de médio e longo prazo, com aquilo que pagamos até à sexta-feira passada, baixou dos catorze milhões de euros, e será este o valor com que vamos fechar em dois mil e vinte e um, porque, se não me falha a memória, não temos mais nenhum empréstimo para pagar até ao fim do ano. Tudo está liquidado neste momento em termos de empréstimo e portanto não vai baixar deste valor, mas situa-se aqui perto dos catorze milhões.

Da receita de capital, dos sete milhões apenas temos cobrado um ponto oito.

Em termos de despesa do orçamento, temos comprometido vinte milhões, faturado doze, pago doze e neste momento há uma dívida de faturas em conferência de cerca de cento e noventa mil euros.

Para a despesa corrente, da dotação dos quarenta e um milhões está comprometido quarenta, faturado trinta e dois, pago trinta e um, e portanto há aqui faturas em conferência na ordem dos oitocentos e setenta mil euros.

Muito obrigado.»

Não tendo havido inscrições para uso da palavra, passou-se ao

Ponto III

Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

Presidente da Assembleia Municipal - «Temos um inscrito, senhor António Santos, que eu peço que seja breve e sucinto e apresente de forma mais clara possível a questão que o traz à Assembleia Municipal.

Munícipe António Santos – O munícipe cumprimenta os presentes e refere que está presente nesta Assembleia porque teve um acidente, vai fazer 2 anos no dia 4 de janeiro e ficou mal desde aí.

Refere que a resposta que o Sr. Presidente deu ao membro Carlos Alberto, foi uma resposta que já esperava e que o Sr. Presidente não tem conhecimento dos dois anos que se passaram. Acrescenta que esteve numa anterior reunião desta Assembleia, o Sr. Presidente ficou com os dados para responder e até hoje não respondeu.

A carta que recebeu dizia que a responsável era a Polis, mas o acidente foi a 4 de janeiro e a Polis foi extinta em 2019, por decreto-lei. E o Sr. Presidente sabe que a Polis foi criada para fazer as infraestruturas e não para arranjar as deficiências que viessem a surgir.

Diz não perceber porque é que o Sr. Presidente teima em não lhe mandar a apólice, pois se o Sr. Presidente não tivesse mandado a apólice da Fagar a própria Allianz tinha ativado o seguro.

Refere ainda que isto acontece constantemente na cidade de Faro, por causa dos buracos. E naquela ponte tem acontecido muita coisa. Pergunta: quem é que tapou os buracos da ponte? O Sr. Presidente que diga, foi a Câmara de Faro, não foi a Polis.

Diz não entender o porquê de o Sr. Presidente não mandar a apólice para a companhia de seguros.

Acrescenta que a seguradora lhe diz que a apólice é confidencial e por isso o munícipe a deve pedir à Câmara, sendo que escreveu uma carta à Câmara e não obteve resposta.

Presidente da Câmara Municipal - «O acidente, como disse, foi a 04 de janeiro. A transferência da responsabilidade daquela obra da Polis, foi assinado o contrato dessa transferência provavelmente, posso estar aqui com algum lapso de tempo, penso que em março de 2020. A responsabilidade de qualquer ato naquele equipamento, até aquela data, é da Polis (que está agora em processo de liquidação e vamos ter uma assembleia geral neste mês para



Assembleia Municipal de Faro

Sessão ordinária de 14/12/2021

Ata n.º 05

aprovar o projeto final mas isso agora é pouco importante, apenas como informação), o que significa que, até àquela data, a responsabilidade não é nossa. Portanto, o Presidente da Câmara ou qualquer entidade que represente a Câmara está proibido de assumir essa responsabilidade. É assim. Se aquilo não estava ainda na nossa posse, nós não podemos assumir.

Já agora, dar aqui alguns dados. O número de apólice da Fagar não foi dado por nós. Não fomos nós que demos. Aparece no documento que o senhor tem mas não fomos nós que demos.

Terceiro, mesmo que o senhor consiga a apólice do município, isso não lhe dá prerrogativa nenhuma, porque se a seguradora não tiver lá uma comunicação nossa a assumir a responsabilidade por aquele acidente, por ter o número ou não ter a seguradora nunca vai assumir isso. Peço desculpa, era o que faltava se alguém chegava a uma seguradora, dizia que tinha tido um problema e a seguradora fazia sem interpelar seja o que for.

Portanto, a questão é pura e simplesmente esta: até esta data a responsabilidade daquele equipamento não era nossa e portanto não poderemos assumir isso.

Muito obrigado.»

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada

O Presidente da Assembleia

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário